

MINISTÉRIO DA SAÚDE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

COORDENAÇÃO-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



Brasília – DF
2022

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Atenção Primária à Saúde
Departamento de Promoção da Saúde

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

COORDENAÇÃO-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



Brasília – DF
2022

2022 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsmms.saude.gov.br

Tiragem: 1ª edição – 2022 – versão eletrônica

Elaboração, distribuição e informações:
MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Atenção Primária à Saúde
Departamento de Promoção da Saúde
Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição
Esplanada dos Ministérios, bloco G,
Ed. Anexo, 4º andar, ala B sul
Brasília/DF – Brasil

Milena Serenini
Mayara Kelly Pereira Ramos
Paloma Abelin Saldanha Marinho
Paula dos Santos Leffa
Rafaella da Costa Santin de Andrade
Sara Araújo da Silva
Thais Fonseca Veloso de Oliveira
Thais Silva Almeida de Oliveira

Coordenação:
Gisele Ane Bortolini
Paloma Abelin Saldanha Marinho

Colaboração:
Keila Alves Vitorino
Graciele de Oliveira Sousa

Elaboração:
Ana Carolina Lucena Pires
Ana Maria Cavalcante de Lima
Ana Maria Spaniol
Ana Maria Thomaz Maya Martins
Ariene Silva do Carmo
Eduardo Augusto Fernandes Nilson
Gabriella Carrilho Lins de Andrade
Glauciene Analha Leister
Iracema Ferreira de Moura
Jéssica Pedroso da Silva
Kátia Godoy Cruz
Lilian Ânima Bressan
Lorena Gonçalves Chaves Medeiros
Maria de Fátima Cruz Correia de Carvalho

Editora responsável:
MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Coordenação-Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Gestão Editorial
SIA, Trecho 4, lotes 540/610
CEP: 71200-040 – Brasília/DF
Tels.: (61) 3315-7790 / 3315-7794
E-mail: editora.ms@saude.gov.br

Equipe editorial:
Normalização: Daniel Pereira Rosa
Revisão: Khamila Silva e Tatiane Souza
Design editorial: Denny Guimarães de Souza Salgado

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição.

Relatório de Atividades 2021 : Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde, Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022.
77 p. : il.

Modo de acesso: World Wide Web: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_atividades_2021_cgcn.pdf

ISBN 978-65-5993-322-8

1. Relatório Anual. 2. Atenção Primária à Saúde. 3. Política Nutricional. I. Título.

CDU 35.077.7(047)

Catalogação na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2022/0230

Título para indexação:
Management Report 2021 – General Coordination of Food and Nutrition

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cobertura e número de indivíduos acompanhados quanto ao estado nutricional na Atenção Primária à Saúde no período de 2015 a 2020.....	16
Figura 2 – Cobertura e número de indivíduos acompanhados quanto aos marcadores de consumo alimentar na Atenção Primária à Saúde no período de 2015 a 2020	16

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Monitoramento 2º trimestre 2020 x 1º trimestre 2021	41
Gráfico 2 – atendimentos individuais problema/condição avaliada obesidade	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Metas e entregas intermediárias do Plano Nacional de Saúde (PNS) relacionadas às ações de alimentação e nutrição.....	57
Tabela 2 – Indicadores gerais da Política Nacional de Saúde.....	58

SUMÁRIO

1 A POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO – PNAN	8
1.1 A Pnan e o arcabouço legal.....	8
1.2 Debates e reflexões em comemoração aos 20 anos da Pnan	9
1.3 Orçamento e financiamento	10
1.3.1 Dotação orçamentária e repasses extraordinários.....	10
1.3.2 Incentivo para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição.....	10
1.4 Apoio interfederativo no âmbito da Pnan.....	12
1.4.1 Oficinas e reuniões virtuais	12
1.4.2 Webinários Depros.....	13
1.4.3 Materiais de apoio para a gestão da Pnan	13
1.4.4 Fortalecimento dos parâmetros de atuação da nutrição na Atenção Primária à Saúde	13
2 MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA	15
2.1 Vigilância Alimentar e Nutricional – VAN na Atenção Primária à Saúde	15
2.2 Inquéritos, estudos e pesquisas sobre as condições de A&N da população brasileira	17
3 PESQUISA, PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	19
3.1 Agenda Estratégica de Prioridades de Pesquisa para a Gestão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição	19
3.2 Editais, chamadas públicas e contratações de pesquisas.....	19
3.2.1 Chamadas MS/CNPq n.º 26/2018 e n.º 28/2019 – OBESIDADE	19
3.2.2 Chamada MS/CNPq n.º 26/2019.....	20
3.2.3 Chamada MS/CNPq n.º 27/2020.....	21
3.2.4 Chamada MS/CNPq n.º 28/2020 – DCNT.....	21

4 FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE.....22

4.1	Curso de especialização: Atenção às pessoas com sobrepeso e obesidade	22
4.2	Curso autoinstrucional Obesidade Infantil – uma visão global da prevenção e controle na Atenção Primária	22
4.3	Curso autoinstrucional – Abordagem do sobrepeso e da obesidade na APS	22
4.4	Curso autoinstrucional – Reconhecendo o sobrepeso e a obesidade no contexto da APS.....	23
4.5	Curso autoinstrucional – Promoção do ganho de peso adequado na gestação	23
4.6	Curso Amamenta e Alimenta Brasil – recomendações baseadas no <i>Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos</i> – módulo 1	23
4.7	Curso Amamenta e Alimenta Brasil – Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil: Formação de Tutores.....	23
4.8	Curso formação de lideranças – nacional	23
4.9	Curso autoinstrucional: Promoção da alimentação adequada e saudável.....	24
4.10	Curso autoinstrucional: Cuidado da criança e do adolescente com sobrepeso e obesidade na APS	24
4.11	Curso “Qualificação profissional para manejo da obesidade no SUS”	24

5 PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL – PAAS25

5.1	Orientação de profissionais de saúde para a promoção da alimentação adequada e saudável	25
5.2	Fortalecimento da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil – EAAB	26
5.3	Programa Crescer Saudável	27
5.4	Comunicação em Saúde	28
5.4.1	<i>Saúde Brasil</i>	28
5.4.2	<i>ConecteSUS</i>	30
5.5	Elaboração e tradução dos Guias Alimentares – TED 211/2017	30
5.6	Agenda de incentivo ao consumo de Frutas, Legumes e Verduras – FLV	31

5.7	Agenda de redução do consumo de nutrientes críticos	32
5.7.1	<i>Ações para redução do consumo de açúcar pela população brasileira ..</i>	<i>32</i>
5.7.2	<i>Ações para redução do consumo de sódio pela população brasileira</i>	<i>32</i>
5.8	Acompanhamento da agenda de controle e regulação de alimentos	32
5.9	Agenda de Promoção da Saúde.....	33
5.10	Agenda Intersectorial com FNDE.....	34
5.11	Apoio na revisão de materiais que inclui a temática da alimentação saudável de outras áreas técnicas na Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde	34
6	PREVENÇÃO E CUIDADO INTEGRAL DE AGRAVOS RELACIONADOS À A&N	36
6.1	Deficiência de micronutrientes	36
6.2	Desnutrição e insegurança alimentar	38
6.3	Sobrepeso, obesidade e outras DCNTs	39
6.3.1	<i>Campanha obesidade infantil</i>	<i>39</i>
6.3.2	<i>Atenção às pessoas com sobrepeso e obesidade na APS</i>	<i>39</i>
6.3.3	<i>Proteja</i>	<i>43</i>
6.3.4	<i>Doenças crônicas não transmissíveis</i>	<i>46</i>
6.4	APLV.....	46
6.5	Demandas judiciais.....	46
7	AGENDA INTERNACIONAL.....	47
7.1	Década de Ação da ONU para Nutrição	47
7.1.1	<i>Rede de Ação sobre Guias Alimentares baseados no nível de processamento dos alimentos nas Américas.....</i>	<i>48</i>
7.1.2	<i>Rede de Ação sobre estratégias para a redução do consumo de sal para a prevenção e controle de doenças cardiovasculares nas Américas</i>	<i>49</i>
7.2	Cooperação com países	49
7.2.1	<i>Cooperação com Moçambique – TED 211/2017</i>	<i>49</i>
7.2.2	<i>Cooperação com Portugal – TED 211/2017.....</i>	<i>50</i>
7.2.3	<i>Cooperação com México</i>	<i>50</i>
7.2.4	<i>Cooperação com Colômbia e Peru – TED 141/2019</i>	<i>50</i>

7.3	Cooperação com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP	51
7.4	Mercosul	51
7.5	Codex Alimentarius	51
7.6	Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU	52
7.6.1	<i>Coalizão sobre Dietas Saudáveis de Sistemas Alimentares Sustentáveis</i>	<i>52</i>
7.7	Comitê de Segurança Alimentar Mundial – CSA da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO.....	53
7.8	Tokyo Nutrition for Growth – N4G Summit 2021	53
8	PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL.....	54
8.1	Cian.....	54
8.2	CNDH	54
9	DESEMPENHO EM RELAÇÃO ÀS METAS E AOS COMPROMISSOS	56
9.1	Plano Nacional de Saúde – PNS	56
9.2	Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030	59
10	COVID-19	60
11	DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	61
	REFERÊNCIAS	63
	ANEXOS	64



A POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO – PNaN

1.1 A Pnan e o arcabouço legal

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Pnan), instituída em 1999 e atualizada em 2011, compõe um conjunto de políticas públicas criadas com o intuito de respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação.

A Pnan tem como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a Vigilância Alimentar e Nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição.

O arcabouço legal sobre o qual a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Pnan) compreende a alimentação enquanto direito, conforme previsto na Constituição Federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção e recuperação na saúde estabelecendo princípios e diretrizes do SUS, inclui nas responsabilidades do sistema de saúde a vigilância nutricional e orientação alimentar: “Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS: (...) IV – a vigilância nutricional e orientação alimentar”.

Estabelece como competência da gestão nacional a formulação, a avaliação e o apoio às políticas de alimentação e nutrição: “Art. 16. À direção nacional do Sistema Único de Saúde – SUS compete: I – formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição”, cabendo a execução às esferas estadual e municipal.

Além do estabelecimento da alimentação enquanto direito e das responsabilidades do SUS na formulação e no apoio das políticas de promoção de exercício desse direito, a Lei n.º 8.080/1990 compreende a alimentação como fator determinante e condicionante da saúde:

Art. 3º – A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.

1.2 Debates e reflexões em comemoração aos 20 anos da Pnan

Em razão da pandemia de covid-19, os eventos e os materiais que subsidiaram o debate dos avanços e dos desafios da Pnan, ao completar 20 anos, foram desenvolvidos no decorrer de 2021:

- **Edição temática da revista *Cadernos de Saúde Pública*, com financiamento da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (Cgan):** a edição, publicada no segundo semestre de 2021, debateu diversos aspectos da implementação da política ao longo da história e contribuiu sobremaneira com a produção de conhecimento crítico e reflexivo sobre as políticas e as ações necessárias à prevenção e ao controle de todas as formas de má nutrição, abrangendo desde o cuidado nutricional, a proteção e a promoção da alimentação adequada e saudável, bem como a plena realização dos direitos à saúde e à alimentação. A edição temática confere visibilidade aos avanços da Política entre 1999 e 2019. Link para acesso ao Suplemento: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/home/volume/38/fasciculo/340>. Link Youtube Live “Entrevista com os autores”: <https://www.youtube.com/watch?v=3RMT3cv-ds8>.
- **Ciclos de debates da Pnan:** foram realizados cinco ciclos de debates, os quais possibilitaram construir reflexões sobre os desafios da política para os próximos anos. Os ciclos de debates aconteceram em: 9 de setembro: Política Nacional de Alimentação e Nutrição no Brasil – 20 anos de história; 5 de outubro: A demanda por novas práticas de atenção nutricional no Sistema Único de Saúde; 21 de outubro: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável; 18 de novembro: Saúde, Alimentação e Equidade; e 9 de dezembro: A Pnan na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional. As gravações dos ciclos de debates da Pnan estão disponíveis para visualização e compartilhamento no canal da [Opas no Youtube](#), no site da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (<https://aps.saude.gov.br/noticia/14596>) e no site www.ciclopnan.com.br.
- **Avaliação da Implementação da Pnan:** no decorrer de 2021, foi elaborado projeto de Carta-Acordo para Avaliação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, com o Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, que tem como objetivo analisar a formulação e a implementação da Pnan nas três esferas de gestão e que será desenvolvida em 2022.

1.3 Orçamento e financiamento

A melhoria das condições de alimentação e nutrição e a sua estreita relação com a melhoria da qualidade de vida e das condições de saúde para todos os brasileiros é uma prioridade do Ministério da Saúde e, em especial, da Atenção Primária à Saúde (APS) no País. Para isso, é constante a necessidade de ampliação dos recursos para essa agenda.

1.3.1 Dotação orçamentária e repasses extraordinários

Com vistas a garantir a implementação das ações previstas no âmbito da Pnan, em 2021, foi prevista uma dotação orçamentária de R\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de reais) na ação orçamentária 20QH PO 0000 – Implementação de Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde, sendo que 10 milhões previstos na modalidade capital foram vetados no momento de aprovação da LOA 2021. Adicionalmente, foram remanejados R\$ 16.887.000,00 (dezesseis milhões, oitocentos e oitenta e sete mil reais), sendo R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) provenientes da ação orçamentária 219A e R\$ 6.887.000,00 (seis milhões, oitocentos e oitenta e sete mil reais) provenientes da ação orçamentária 21CE, totalizando R\$ 72.887.000,00 (setenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e sete mil reais). Foram empenhados R\$ 72.825.777,00 (setenta e dois milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais), resultando num percentual de 99,9% de execução.

Além do orçamento da ação 20QH, a área contou em 2021 com mais R\$ 365.869.093,15 (trezentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, noventa e três reais e quinze centavos), sendo R\$ 20.437.092,00 (vinte milhões, quatrocentos e trinta e sete mil e noventa e dois reais) provenientes do Programa Crescer Saudável (Portaria GM/MS n.º 1.320, de 22 de junho de 2021, Programa de Trabalho 10.301.5019.219A – Piso de Atenção Primária à Saúde), R\$ 345.432.001,15 (trezentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, um real e quinze centavos) provenientes de créditos extraordinário em função da pandemia, repassado aos municípios por meio da Portaria GM/MS n.º 894, de 11 de maio de 2021, com o objetivo de promover o fortalecimento da atenção à saúde de crianças menores de 7 anos de idade e gestantes do Programa Bolsa Família que apresentam má nutrição. Além disso, os R\$ 221 milhões repassados por meio da Portaria n.º 2.994, de 29 de outubro de 2020, tiveram seu uso prorrogado para o ano de 2022, por meio do Decreto n.º 10.579, de 18 de dezembro de 2020.

1.3.2 Incentivo para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição

Dentro do orçamento ordinário da 20QH está o incentivo financeiro para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, criado no ano de 2006, via modalidade de repasse fundo a fundo. No ano de 2021, por meio da Portaria GM/MS n.º 1.127, de 2 de junho de 2021, foram repassados R\$ 23.402.000,00 (vinte e três milhões, quatrocentos e dois mil reais) às 27 unidades federativas (UF) e aos municípios brasileiros com população acima de 30 mil habitantes (com base na estimativa da população residente para 2020, segundo

dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). Nesse exercício, houve a inclusão de dois indicadores a serem monitorados, a saber: aumento do número de indivíduos com estado nutricional registrado e aumento do número de indivíduos com marcadores do consumo alimentar registrados.

A respeito dessas metas, o monitoramento parcial realizado em outubro de 2021 e veiculado por meio da Nota Técnica n.º 68/2021 Cgan/Depros/Saps/MS mostrou que, considerando os dados dos 1.173 municípios contemplados na Portaria GM/MS n.º 1.127, o número total de indivíduos com estado nutricional registrado foi de 14.859.525 e de 14.455.810 em 2020 e 2021, respectivamente. O desempenho atingido em 2021, até a competência de outubro, representa 97,3% da meta correspondente ao total de indivíduos acompanhados em 2020 quanto ao estado nutricional. Com relação ao registro dos marcadores de consumo alimentar, o número de indivíduos acompanhados foi de 794.966 e de 655.677 em 2020 e 2021, respectivamente. O desempenho parcial alcançado, em 2021, considerando até a competência de outubro, representa 82,5% do total de indivíduos acompanhados em 2020 quanto ao consumo alimentar.

De forma geral, dos 1.173 municípios, 432 (36,8%) e 352 (30,0%) já haviam atingido as metas referentes ao acompanhamento do estado nutricional e marcadores do consumo alimentar, respectivamente. Já o cumprimento dessas duas metas, concomitantemente, foi observado em 156 dos 1.173 municípios (13,3%). Os resultados do monitoramento parcial foram encaminhados às Referências Estaduais de Alimentação e Nutrição (Ofício Circular n.º 7/2021/Cgan/Depros/Saps/MS), ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) (Ofício Circular n.º 51/2021/Cgan/Depros/Saps/MS) e ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) (Ofício Circular n.º 52/2021/Cgan/Depros/Saps/MS). O monitoramento final está previsto para ocorrer 12 meses após a publicação da portaria, ou seja, jun./jul. de 2022.

Ainda no ano de 2021 foi atualizado o instrutivo para o uso do FAN, em que foram apresentadas as principais características do repasse, as legislações relacionadas à utilização e às possibilidades de uso de recursos de manutenção.

Uma nova proposta de repasse do incentivo para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição foi elaborada pela área técnica, a partir de recomendações feitas pelo Gtaps¹ da CIT, no ano de 2021, com vistas a ampliar o repasse e contemplar todos os municípios brasileiros (e não apenas aqueles com mais de 30 mil habitantes), e, atualmente, está em etapa de análise de viabilidade financeira pelo Gabinete da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde. A referida proposta já foi apresentada ao Conass e ao Conasems e prevê repasse financeiro de aproximadamente R\$ 99 milhões de reais a todos os municípios do País, considerando regras de classificação por tipologia rural-urbano, e pagamento por desempenho atrelado ao cumprimento de metas em duas parcelas anuais, como ação estratégica do Previne Brasil.

¹ Grupo de trabalho da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), representado por membros do Conass, do Conasems e da Saps, responsável pela discussão e apreciação técnica de propostas a serem instituídas no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

1.4 Apoio interfederativo no âmbito da Pnan

O apoio interfederativo ao longo de 2021 foi realizado de diversas maneiras, ainda considerando as recomendações de priorização dos encontros virtuais em função da pandemia de covid-19. Neste RAG, parte das ações de apoio está alocada em cada tema ou programa específico. A seguir, agrupamos oficinas, reuniões e webinários que abordaram temas variados da Pnan. Depois, foram elencados os materiais de apoio referentes à gestão da Pnan como um todo. Materiais instrutivos temáticos estão descritos ao longo do relatório.

1.4.1 Oficinas e reuniões virtuais

- Cinco oficinas macrorregionais com as Referências Estaduais de Alimentação e Nutrição das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) para diagnóstico da implementação da Pnan nos meses de outubro e novembro.
- Seis oficinas sobre o incentivo para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, com base na Pnan, com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Amapá e SMS de Recife nos meses de abril, maio, junho, agosto e outubro.
- Uma reunião sobre o plano de apoio à implementação do Proteja com as referências estaduais de alimentação e nutrição e 24 oficinas virtuais de apoio à implementação com os municípios habilitados para o recebimento do incentivo financeiro do Proteja realizadas em novembro e dezembro.
- Vinte e seis oficinas remotas e uma presencial (MS) do programa Crescer Saudável, com as 27 unidades federativas.
- Vinte oficinas da EAAB com municípios contemplados pela portaria de repasse ao longo do ano.
- Quatro Oficinas sobre Vigilância Alimentar e Nutrição na Atenção Primária à Saúde e Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) com os estados: Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo, nos meses de outubro e novembro.
- Duas reuniões de formação do NutriSUS com profissionais de saúde e gestores dos estados da Região Norte.
- Três reuniões virtuais, sendo 1 com as 27 referências estaduais de alimentação e nutrição e duas com os estados do RJ e MS sobre saldos excedentes do incentivo financeiro para estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN).
- Dezesesseis oficinas com estados e municípios sobre a Portaria n.º 894, de 11 de maio de 2021, que institui incentivo financeiro para ações relacionadas ao enfrentamento da má nutrição (desnutrição e obesidade), com foco em crianças e gestantes do Programa Bolsa Família (PBF).

1.4.2 Webinários Depros

Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde (APS) – 8 de julho de 2021 – link: [disponível aqui](#).

Prevenção e controle da anemia: Agenda de intensificação de ações na Região Norte do Brasil – 12 de agosto de 2021 – link: [disponível aqui](#).

Estratégias de Prevenção e Atenção à Obesidade na APS – Como fortalecer o cuidado em tempos de pandemia de covid-19 – 10 de junho de 2021 – link: [disponível aqui](#).

Portaria n.º 2.994/2020: cuidado às pessoas com DCNT no contexto da pandemia de covid-19 – 15 de julho de 2021 – link: [disponível aqui](#).

Atenção às pessoas com sobrepeso e obesidade na Atenção Primária à Saúde – 23 de setembro de 2021 – link: [disponível aqui](#).

Sistemas de Informação em Saúde e Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária – 25 de novembro de 2021 – link: [disponível aqui](#).

1.4.3 Materiais de apoio para a gestão da Pnan

Ao longo de 2021, foram elaborados e enviados materiais para o apoio à gestão da Pnan localmente, contendo todos os financiamentos aos estados e aos municípios desde 2018, assim como uma relação de materiais, organizados por temas, lançados pela Cgan nos anos de 2020 e 2021:

Planilha de repasses fundo a fundo desde o ano 2018 até 2021 para análise, consulta e ampla divulgação aos estados.

Lista de materiais (portarias, instrutivos, materiais de comunicação em geral) produzidos em 2020 e 2021 pela Cgan/MS enviado aos estados.

1.4.4 Fortalecimento dos parâmetros de atuação da nutrição na Atenção Primária à Saúde

Por meio de:

- **Lista de Recomendações para o Fortalecimento da Atenção Nutricional da Atenção Primária à Saúde no Brasil:** documento elaborado em parceria entre a Cgan, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e a Superintendência de Atenção Primária à Saúde do estado do Rio de Janeiro. As recomendações objetivam apoiar o aprimoramento, a estruturação e a organização da atenção nutricional na Atenção Primária à Saúde no País e estão organizadas em

blocos de acordo com os critérios de governabilidade e de responsabilização na execução das ações, denominados: 1) “ações estruturantes da APS para o fortalecimento da A&N”; e 2) “ações estruturantes da A&N no fortalecimento da APS”. Link para acesso: <https://nutricaoaps.com.br/wp-content/uploads/2022/02/Atencao-Nutricional-VERSAO-PRE.pdf>

- **Matriz de Alimentação e Nutrição na APS:** por meio do estabelecimento de parcerias e contratação de consultoria técnica pela Cgan, a *Matriz para organização de cuidados em alimentação e nutrição na APS* foi atualizada no ano de 2021 e encontra-se disponível no link: <https://nutricaoaps.com.br/wp-content/uploads/2022/02/OS-0052021-Matriz-para-Organizacao-2.pdf>
- **Mapas de Evidências:** excesso de peso infantil (Proadi HCor); Prevenção e Cuidado do excesso de peso – todos os ciclos de vida (Proadi HCor); Pnan – em elaboração (Fiocruz Brasília) e Má Nutrição e Intervenções na APS (disponível em: <https://public.tableau.com/app/profile/bireme/viz/ma-nutricao-aps-pt/evidence-map>)
- **Vitrine do Conhecimento sobre a Política Nacional de Alimentação e Nutrição:** https://brasil.bvs.br/vitrinas/post_vitrines/alimentacao-e-nutricao-em-saude-publica/
- **Infometria Nutrição e Saúde Pública:** disponível em: https://brasil.bvs.br/vitrinas/post_vitrines/alimentacao-e-nutricao-em-saude-publica/

2

MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

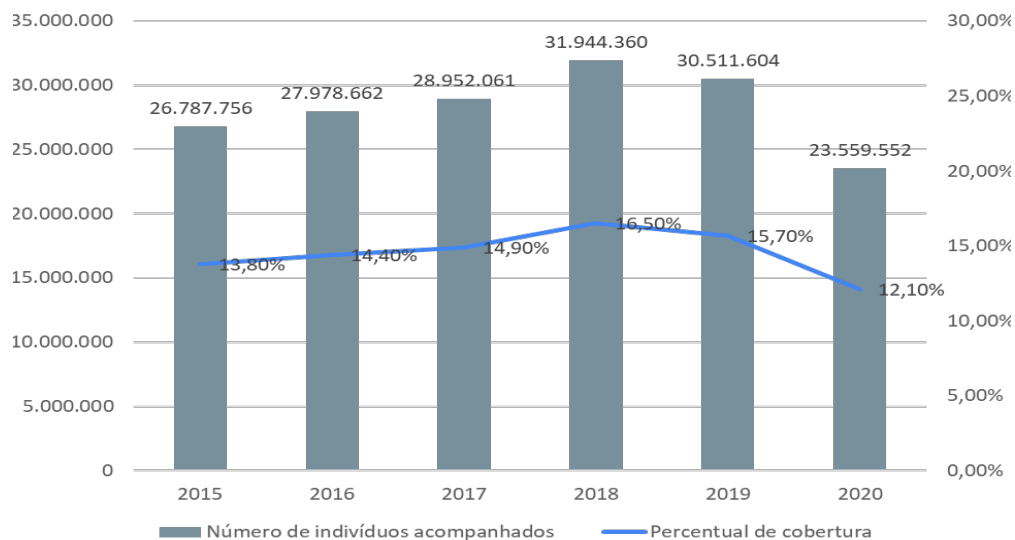
2.1 Vigilância Alimentar e Nutricional – VAN na Atenção Primária à Saúde

A VAN destaca-se enquanto uma das diretrizes da Pnan, caracterizada pela descrição contínua e a predição de tendências da alimentação e nutrição da população e seus fatores determinantes. A VAN é imprescindível para a gestão dos cuidados em saúde na APS, especialmente para a organização da atenção nutricional no SUS. O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) é a principal ferramenta utilizada para a gestão das informações sobre estado nutricional e marcadores de consumo alimentar de crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes acompanhados na APS e, assim, para o planejamento de ações adequadas à realidade local. Ressalta-se ainda que o banco de dados do Sisvan reúne as informações² registradas, tanto no próprio sistema quanto no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde e no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab), sendo a orientação oficial a entrada pelo Sisab.

Em 2020, a cobertura de acompanhamento do estado nutricional foi igual a 12,10%, isto é, 23.559.552 indivíduos tiveram peso e altura aferidos na APS (Figura 1). Já a cobertura de acompanhamento de marcadores de consumo alimentar foi igual a 0,70%, equivalente ao acompanhamento de 1.381.297 indivíduos de todas as fases do curso da vida na APS (Figura 2).

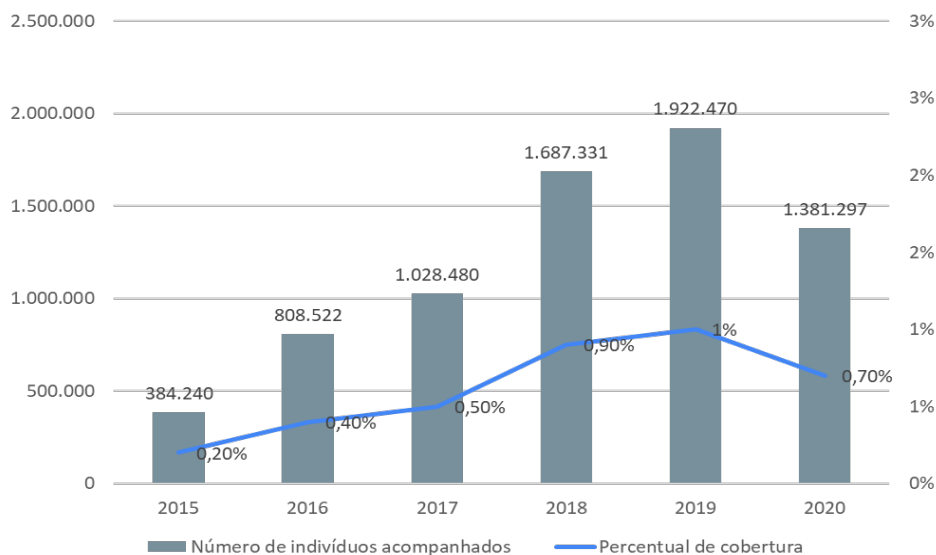
² Cobertura considerando 100% da população brasileira

Figura 1 – Cobertura e número de indivíduos acompanhados quanto ao estado nutricional na Atenção Primária à Saúde no período de 2015 a 2020



Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).

Figura 2 – Cobertura e número de indivíduos acompanhados quanto aos marcadores de consumo alimentar na Atenção Primária à Saúde no período de 2015 a 2020



Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).

Em 2021, os seguintes materiais foram publicados:

- Atlas da Situação Alimentar e Nutricional da população idosa na Atenção Primária à Saúde no Brasil, disponível em: [situacao_alimentar_populacao_idosa.pdf](#).
- Atlas do estado nutricional e marcadores de consumo alimentar de crianças acompanhados na APS – o documento encontra-se em processo de revisão final pela Editora do Ministério da Saúde, com previsão de lançamento para 2022.
- Atlas do estado nutricional e marcadores de consumo alimentar de adolescentes acompanhados na APS – o documento encontra-se em processo de revisão final pela Editora do Ministério da Saúde, com previsão de lançamento para 2022.
- Atlas do estado nutricional e marcadores de consumo alimentar de gestantes acompanhados na APS – o documento encontra-se em processo de revisão para lançamento no ano de 2022.
- Curvas de ganho de peso gestacional elaboradas, disponível em: https://observatorioufrj.shinyapps.io/GPG_app/.

2.2 Inquéritos, estudos e pesquisas sobre as condições de A&N da população brasileira

- Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil – Enani 2019: trata-se de um inquérito populacional de base domiciliar representativo das macrorregiões brasileiras, que avaliou crianças menores de 5 anos, oriundo da parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio de Chamada Pública (11/2017), em parceria com o Departamento de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos (Decit/SCTIE) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O estudo foi organizado em três grandes eixos: 1) avaliação das práticas do aleitamento materno, alimentação complementar e do consumo alimentar; 2) avaliação do estado nutricional a partir da antropometria; e 3) prevalência de carências de micronutrientes a partir da avaliação bioquímica. Encontra-se em fase de finalização a elaboração de relatórios e divulgação dos dados. No ano de 2021 foram divulgados:

☰ **Relatório 1: Aspectos metodológicos.**

Relatório disponível em: [link de acesso](#)

Webinário disponível em: [link de acesso](#)

☰ **Relatório 2: Características demográficas e socioeconômicas.**

Relatório disponível em: [link de acesso](#)

Webinário disponível em: [link de acesso](#)

☰ Relatório 3: Micronutrientes.

Relatório disponível em: [link de acesso](#)

Webinário disponível em: [link de acesso](#)

☰ Relatório 4: Aleitamento materno.

Relatório disponível em: [link de acesso](#)

Webinário disponível em: [link de acesso](#)

☰ Relatório 5: Alimentação complementar.

Relatório disponível em: [link de acesso](#)

Webinário disponível em: [link de acesso](#)

- **Divulgação dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018** referente às características do perfil alimentar da população brasileira segundo a avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos, o consumo alimentar pessoal, o consumo de micronutrientes e a situação de segurança alimentar dos domicílios brasileiros (<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>).
- **PNDS: Revisão do questionário e elaboração dos indicadores** de alimentação e nutrição da próxima edição da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher a ser realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Está prevista a realização da etapa de campo da nova PNDS para o ano de 2023.
- **Contratação de 8 Revisões Rápidas (RR) e 1 Mapa de Evidências** relacionados às prioridades e às pautas estratégicas da Cgan:
 - Mapa de evidências sobre a Pnan.
 - Revisão Rápida: Telessaúde (teleconsulta) aplicativos de celular e uso de mensagens de texto/SMS na atenção a adultos com sobrepeso e obesidade.
 - Revisão Rápida: Telessaúde, Telemedicina, aplicativos de celular e uso de mensagens de texto/SMS na melhora da alimentação em adultos.
 - Revisão Rápida: estratégias para o aumento do consumo de frutas, legumes e verduras.
 - Revisão Rápida: consumo de alimentos ultraprocessados e risco de sobrepeso e obesidade.
 - Revisão Rápida: prevenção de sobrepeso e obesidade na infância.
 - Revisão Rápida: efeitos do excesso de ácido fólico na gestação e os benefícios da dose recomendada.
 - Revisão Rápida: aconselhamento sobre alimentação saudável é eficaz para a prevenção de deficiências de micronutrientes de idosos em comparação com suplementação.
 - Revisão Rápida: fatores que determinam o consumo de FLV, arroz e feijão.

Os documentos na íntegra encontram-se disponíveis em: [Rapid response for health promotion](#).

3

PESQUISA, PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

3.1 Agenda Estratégica de Prioridades de Pesquisa para a Gestão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição

A 2ª edição da *Agenda Estratégica de Prioridades de Pesquisas para a Gestão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição* foi elaborada em decorrência do II Encontro Nacional sobre a Agenda Estratégica de Pesquisa em Alimentação e Nutrição no SUS em 2019, após intenso diálogo junto ao Departamento de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos (Decit/SCTIE), ao Grupo Temático Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva (GT ANSC), à Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e aos pesquisadores de instituições de ensino superior brasileiras. O documento reúne as demandas de pesquisa identificadas como lacunas de conhecimento que a gestão federal necessita preencher para a melhoria de seus processos de trabalho e para subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação de suas ações relacionadas à alimentação e nutrição.

A partir da agenda estratégica de prioridades de pesquisa foram publicados editais, apoiados pela Cgan, cujas pesquisas mantiveram-se em execução durante o ano de 2021 (ressalvadas as condições de suspensão em função da pandemia de covid-19). A lista completa de editais encontra-se no ANEXO A deste relatório.

3.2 Editais, chamadas públicas e contratações de pesquisas

3.2.1 Chamadas MS/CNPq n.º 26/2018 e n.º 28/2019 – Obesidade

Chamadas lançadas para apoiar projetos de pesquisa que integrem atividades de pesquisa, extensão e formação de trabalhadores da Atenção Primária à Saúde, na temática de prevenção, diagnóstico e tratamento da obesidade no âmbito do SUS, desenvolvidos, preferencialmente,

em parcerias com Secretarias Estaduais/Municipais de Saúde. Ao total, foram contemplados 24 projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior, em 24 estados do País, no valor global de R\$ 10.707.702,00 (dez milhões, setecentos e sete mil, setecentos e dois reais). Em 2021, foi realizada suplementação de recursos no valor global de R\$ 607.702,00 (seiscentos e sete mil, setecentos e dois reais) para as 10 IES solicitantes.

Status: além do monitoramento sistemático, por e-mail e planilhas de monitoramento compartilhadas com a rede de coordenadores dos projetos e circulares-informativas, em 2021 foram realizadas reuniões individuais com os coordenadores daqueles projetos que estavam mais atrasados em relação ao cronograma e ao levantamento dos dados referente à pesquisa prevista no edital (PA, RO, PR, SE), definindo-se o prazo limite para o preenchimento dos questionários (30/9/2021). Os bancos de dados, referente à pesquisa, de cada um dos projetos foram disponibilizados aos respectivos coordenadores, após tratamento inicial dos dados feito pela UFSC, cuja análise será de responsabilidade de cada projeto. Adicionalmente, foram gerados dois bancos de dados unificados dos projetos partícipes (diagnóstico da gestão das ações de alimentação e nutrição desenvolvidas pelos municípios para pessoas com obesidade e diagnóstico sobre organização, gestão e cuidado nutricional ofertado a pessoas com obesidade pela APS). Como próximos encaminhamentos estão previstos a criação de um Grupo de Trabalho para definir as diretrizes do plano de análise dos dados dos dois bancos de dados (UFSC, Cgan e UFPI), a realização de três reuniões para que os projetos possam apresentar materiais e produtos de formação e/ou tecnológicos resultantes do eixo de formação e o Seminário Final dos projetos contemplados nas duas chamadas públicas, ano de 2022.

3.2.2 Chamada MS/CNPq n.º 26/2019

Edital lançado em uma parceria entre a Cgan, o Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit/SCTIE/MS) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com vistas a apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País, nas áreas de alimentação e nutrição e de economia da saúde, com foco nas ações de alimentação e nutrição. Foram aprovados 36 projetos no valor global de R\$ 4.968.688,00 (quatro milhões, novecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais). A listagem dos projetos contemplados na Chamada encontra-se no Anexo I.

Status: nos dias 23 e 24 de março de 2021 ocorreu o Seminário de Avaliação Parcial da Chamada MS/CNPq n.º 26/2019. Nele, os proponentes puderam apresentar o andamento dos projetos contemplados na referida chamada. Todos os projetos já tinham iniciado o desenvolvimento do projeto e apresentaram seus resultados parciais. Foi ainda relatada a possibilidade de pedidos de prorrogação de vigência dos projetos por alguns pesquisadores, a depender do acesso a bases de dados faltantes e a resolução de outras questões. O Decit definirá as possíveis datas do seminário final, provavelmente no primeiro semestre de 2022.

3.2.3 Chamada MS/CNPq n.º 27/2020

Edital lançado em uma parceria entre o Depros/Saps/MS e o CNPq para contratação de projetos de pesquisa na temática doenças crônicas não transmissíveis e fatores de risco associados. Ao total, foram selecionados 21 projetos no valor global de R\$ 4.027.924,66 (quatro milhões, vinte e sete mil, novecentos e vinte e quatro reais e sessenta e seis reais), sendo 12 projetos especificamente relacionados a temáticas de alimentação e nutrição. A listagem dos projetos contemplados na chamada encontra-se no Anexo I.

Status: foi realizado nos dias 18/3, 26/3, 1º/4 e 6/4 o Seminário Marco Zero dos projetos contemplados no edital de pesquisa, em que foram feitas as apresentações dos projetos, bem como discussões, orientações e alinhamentos junto às áreas técnicas do Ministério da Saúde e as equipes dos projetos.

3.2.4 Chamada MS/CNPq n.º 28/2020 – DCNT

Edital lançado em parceria do Depros/Saps/MS com o CNPq para contratação de projetos de Formação em Doenças Crônicas não Transmissíveis e seus fatores de risco associados, que inclui a obesidade. Ao total, foram selecionados 13 projetos, no valor global de R\$ 6.037.544,20 (seis milhões, trinta e sete mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos). A listagem dos projetos contemplados na chamada encontra-se no Anexo I.

Status: o Seminário Marco Zero da Chamada n.º 28/2020 foi realizado ao longo dos dias 9/4, 14/4, 22/4, 28/4 e 5/5/2021. Na ocasião, foram feitas as apresentações dos projetos, bem como discussões, orientações e alinhamentos das propostas para atender às necessidades de demandas do Depros/Ministério da Saúde. Participaram do evento as equipes dos projetos e das áreas temáticas envolvidas, além dos pesquisadores *ad hoc* que participaram da comissão de seleção das propostas.

No ano de 2021 foi ainda elaborado Termo de Referência em parceria com o CNPq para seleção de uma proposta para apoio financeiro de pesquisa, desenvolvimento de metodologia de formulação de políticas estaduais de alimentação e nutrição, no âmbito do Sistema Único de Saúde, apoio e monitoramento da implementação em unidades da Federação, por meio do TED 124/2019.

4

FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE

4.1 Curso de especialização: Atenção às pessoas com sobrepeso e obesidade

Elaborado em parceria com UFSC, via TED, com início em abril de 2020, com 750 vagas originalmente ofertadas, que foram ampliadas em razão da demanda. Atualmente, são 1.285 profissionais matriculados, entre gestores e profissionais de saúde (em andamento, posição em dezembro 2021). Ainda em 2021, foi repassado aditivo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para oferta de uma segunda turma no início de 2022. Link: [disponível aqui](#).

4.2 Curso autoinstrucional Obesidade Infantil – uma visão global da prevenção e controle na Atenção Primária

Curso desenvolvido em parceria com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) por meio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Telessaúde Goiás e o Núcleo de Telemedicina e Telessaúde (NUTTs), voltado para profissionais de saúde atuantes na APS, com carga horária de 40 horas na modalidade EaD. O curso está disponível desde 10/8/2021, e conta com 2.771 alunos atualmente matriculados (na data de 13/1/2022). Link: [disponível aqui](#).

4.3 Curso autoinstrucional – Abordagem do sobrepeso e da obesidade na APS

Curso desenvolvido em parceria com a UFSC, via TED, voltado para profissionais de nível superior atuantes na APS, na modalidade qualificação profissional, com carga horária total de 30 horas. Vagas (originalmente) ofertadas: 50 mil; inscritos: 83.381; concluintes: 45.912 (dados de dezembro de 2021). Link: [disponível aqui](#).

4.4 Curso autoinstrucional – Reconhecendo o sobrepeso e a obesidade no contexto da APS

Curso desenvolvido em parceria com a UFSC, via TED, voltado para profissionais de nível superior atuantes na APS, na modalidade qualificação profissional, com carga horária total de 30 horas. Vagas ofertadas: 50.000; inscritos: 20.701; concluintes: 12.160 (dados de dezembro de 2021). Link: [disponível aqui](#).

4.5 Curso autoinstrucional – Promoção do ganho de peso adequado na gestação

Curso desenvolvido em parceria com a UFSC, via TED, voltado para profissionais de saúde da APS na modalidade qualificação profissional, com carga horária total de 30 horas. Vagas ofertadas: 30.000; inscritos: 29.017; concluintes: 16.512 (dados de dezembro de 2021). Link: [disponível aqui](#).

4.6 Curso Amamenta e Alimenta Brasil – recomendações baseadas no Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos – módulo 1

Curso desenvolvido em parceria com o Instituto de Saúde São Paulo, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), via TED, voltado para profissionais de saúde da APS na modalidade qualificação profissional, com carga horária total de 30 horas (dados de 1º dezembro de 2021. Fonte: Cnes / Plataforma Arouca / UnaSUS). Total matriculados: 65.757. Total concluintes: 32.664. Link: [disponível aqui](#).

4.7 Curso Amamenta e Alimenta Brasil – Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil: Formação de Tutores

Curso desenvolvido em parceria com a UFSC e a UFF, via TED na modalidade EaD, com carga horária de 30 horas. Este curso é uma etapa para a formação de tutores da EAAB. Para atuar como tutor, o profissional deverá concluir também o Curso Amamenta e alimenta Brasil: recomendações baseadas no *Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos*. Total matriculados: 1.184. Total concluintes: 450. Link: [disponível aqui](#).

4.8 Curso formação de lideranças – nacional

O Curso Trilhas da Pnan, em parceria com a UnB, via Carta-Acordo com a Opas, encontra-se em andamento na modalidade EaD – com atividades síncronas e assíncronas – com 78 participantes, sendo 41 profissionais de saúde, 25 conselheiros do controle social, 10 representantes do Ministério da Saúde e 2 representantes do Conselho Nacional de Saúde.

A previsão de finalização do curso é em maio de 2022. Tem como objetivo fortalecer a gestão da Pnan nas três esferas. Link: [disponível aqui](#).

4.9 Curso autoinstrucional: Promoção da alimentação adequada e saudável

Curso desenvolvido em parceria com a UFMG e UFSC, via TED, voltado para profissionais de nível superior que atuam na Rede de Atenção Primária à Saúde, com carga horária total de 30 horas na modalidade atualização. Curso disponibilizado em 26/4/2021, com 7.170 inscritos e 2.942 concluintes (41%). Dados de 17/1/2022. Link: [disponível aqui](#).

4.10 Curso autoinstrucional: Cuidado da criança e do adolescente com sobrepeso e obesidade na APS

Curso desenvolvido em parceria com a UFSC, via TED, voltado para profissionais de saúde, com carga horária de 30 horas, na modalidade qualificação profissional. As inscrições foram disponibilizadas em novembro de 2021. Inscritos: 1.196. Concluintes: 367. Dados de 17/1/2022. Link: [disponível aqui](#).

4.11 Curso “Qualificação profissional para manejo da obesidade no SUS”

Curso desenvolvido em parceria com a UFMG, via TED, destinado aos profissionais e aos gestores do SUS de todas as regiões do País e do Distrito Federal. O curso possui carga horária de 40 horas e é disponibilizado pelo Centro de Telessaúde do Hospital das Clínicas da UFMG/EBSERH. Curso disponibilizado em 25/10/2021 com 2.354 inscritos e 163 concluintes (6,9%). Dados de 10/1/2022. Importante destacar que essa ação é fortalecida também por meio da parceria com as universidades brasileiras, que possuem projetos contratados por meio das Chamadas MS/CNPq n.º 26/2018 e n.º 28/2019 (temática obesidade) e Chamada MS/CNPq n.º 28/2020 (temática DCNT), conforme detalhamento do item 3.2. Link: [disponível aqui](#).

5

PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL – PAAS

Para que a promoção da alimentação saudável nos serviços de saúde seja universalizada, em especial na APS, uma série de materiais e estratégias foram disponibilizados e são apresentados na sequência.

5.1 Orientação de profissionais de saúde para a promoção da alimentação adequada e saudável

Por meio de:

- Protocolos de uso do *Guia alimentar para a população brasileira*: Foram elaborados com o objetivo de facilitar o uso dos marcadores de consumo como estratégia de VAN na APS e as orientações do Guia de acordo com as necessidades e a avaliação.
 - Fascículo 1 Protocolos de uso do Guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar: bases teóricas e metodológicas e protocolo para a população adulta
 - Fascículo 2 Protocolos de uso do Guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar da população idosa
 - Fascículo 3 Protocolos de uso do Guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar de gestantes

Encontram-se em elaboração os fascículos para: crianças (2 a 10 anos); adolescentes e indivíduos com obesidade, DM e HAS.

5.2 Fortalecimento da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil – EAAB

- Curso de formação de tutores (detalhes no item 4. Formação).
- Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil – manual de apoio ao tutor: proposta para o desenvolvimento de atividades complementares com as equipes de Atenção Primária à Saúde. O material encontra-se em fase de diagramação.
- Apoio à implementação da EAAB em 382 municípios priorizados segundo a Portaria n.º 3.297, de 4 de dezembro de 2020, realizada: foram realizadas, ao longo de 2021, um total de 20 oficinas de apoio aos estados e aos municípios, entre estas, oficinas específicas para tratar das principais demandas locais, foi produzido um vídeo instrucional para o uso do Sistema EAAB (<https://youtu.be/-wx6rusOGZw>), portal EAAB divulgado (<http://eaab.uff.br/cms/>), no qual todo o material produzido ao longo do ano está disponibilizado. Ação desenvolvida em parceria com o Instituto de Saúde de São Paulo, a UFF e a Cocam/Dapes/Saps/MS.
- Monitoramento parcial da Portaria n.º 3.297, de 4 de dezembro de 2020 (realizado em agosto de 2021), mostrou que o número total de crianças menores de 2 anos com peso e altura registrados foi de 425.870 e de 339.990, em 2020 e 2021, respectivamente; já o número total de crianças menores de 2 anos com marcadores de consumo alimentar registrados foi de 13.624 e de 40.924, em 2020 e de 2021, respectivamente. Assim, considerando os dados dos 382 municípios contemplados, 105 (27,5%) atingiram a primeira meta (número de crianças com estado nutricional registrado em 2021 maior que o número registrado em 2020) e 216 (56,5%) atingiram a segunda meta (número de crianças com marcadores de consumo alimentar registrados em 2021 maior que o número registrado em 2020). O cumprimento de ambas as metas foi observado em 60 dos 382 municípios (15,7%), considerando que tanto o número de crianças com estado nutricional registrado quanto o número de crianças com marcadores de consumo alimentar registrados em 2021 foram superiores aos números registrados no ano de 2020. Destaca-se ainda que os resultados do monitoramento parcial foram encaminhados às Referências Estaduais de Alimentação e Nutrição (Ofício Circular n.º 6/2021/Cgan/Depros/Saps/MS), ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) (Ofício Circular n.º 48/2021/Cgan/Depros/Saps/MS) e ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) (Ofício Circular n.º 49/2021/Cgan/Depros/Saps/MS).
- EAAB Indígena: trata-se de adaptação do processo de implementação da EAAB à saúde indígena, por meio de Carta-Acordo celebrada com a Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (IBFAN Brasil), com base no *Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos*. Em 2021, foram realizadas reuniões para apresentação da proposta de trabalho, validação do esboço do manual de implementação e conteúdo

programático da EAABI Indígena com os Distritos Sanitário Especial Indígena (Dsei) Tocantins e Potiguara. Foi também realizada uma oficina-piloto presencial para formação de tutores com o Dsei Potiguara. As atividades previstas no projeto estão em atraso em função da pandemia de covid-19.

5.3 Programa Crescer Saudável

- Repasse de R\$ 20.437.092,00 (vinte milhões, quatrocentos e trinta e sete mil e noventa e dois reais) aos 4.604 municípios contemplados, por meio do Programa Saúde na Escola (PSE).
- Instrutivo de apoio à implementação ao programa divulgado para as referências estaduais e municipais, enviado às referências estaduais de alimentação e nutrição.
- Vinte e sete videoconferências de apoio realizadas.
- Monitoramento parcial realizado em setembro de 2021, mostrando que os municípios apresentam melhor desempenho em relação à primeira meta referente à avaliação do estado nutricional de todas as crianças menores de 10 anos, matriculadas em escolas participantes do PSE no ciclo 2021/2022 (período de janeiro a setembro de 2021), com 1.753 municípios atingindo mais de 50% da meta e apenas 68 municípios com alcance inferior a 1%. Em relação ao acompanhamento dos marcadores de consumo alimentar, apenas 712 (15,5%) conseguiram cumprir pelo menos 76% da meta e, entre esses municípios, 575 (12,5%) conseguiram avaliar o consumo alimentar de 10% ou mais de todas as crianças matriculadas. As metas em que se verificaram os menores índices de cumprimento foram as relacionadas à oferta de pelo menos duas atividades coletivas de promoção da alimentação adequada e saudável e de práticas corporais e atividade física para crianças matriculadas em escolas participantes do PSE: 4.097 (88,99%) e 4.436 (96,35%) municípios, respectivamente, tiveram um desempenho inferior a 1% em relação ao número de escolas pactuadas para realização das atividades no momento da adesão. Por fim, em relação ao atendimento individual em crianças menores de 10 anos identificadas com obesidade, os resultados mostraram que apenas 63 (1,36%) dos municípios conseguiram cumprir ao menos 76% dessa meta, sendo que 51 cumpriram 100% da meta. Os resultados do monitoramento parcial foram encaminhados às Referências Estaduais de Alimentação e Nutrição (Ofício Circular n.º 8/2021/Cgan/Depros/Saps/MS), ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) (Ofício Circular n.º 56/2021/Cgan/Depros/Saps/MS) e ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) (Ofício Circular n.º 55/2021/Cgan/Depros/Saps/MS).

5.4 Comunicação em Saúde

5.4.1 Saúde Brasil

Foi realizada revisão e validação de 63 materiais de comunicação, com objetivo de difusão de informações corretas e confiáveis.

Vídeos:

- Minidoc Obesidade – 3 episódios
- Cinco dicas para:
 - ▶ Manter um peso saudável
 - ▶ Se alimentar melhor
 - ▶ Aproveitar alimentos e evitar desperdícios
 - ▶ Proteger seu coração
 - ▶ Aumentar o consumo de água
 - ▶ Prevenir o ganho excessivo de peso
 - ▶ Preparar o café da manhã
- Caminhos da Comida de Verdade
 - ▶ Arroz
 - ▶ Mandioca
 - ▶ Feijão
 - ▶ Ovo
 - ▶ Alface
 - ▶ Tomate
 - ▶ Leite
 - ▶ Banana
 - ▶ Pequi
 - ▶ Cenoura
 - ▶ Melancia
 - ▶ Cheiro-verde

- Podcasts:
 - ▶ O que o cigarro tem a ver com o ganho ou a perda de peso
 - ▶ Como está sua saúde mental em tempos de pandemia?
 - ▶ Como se beneficiar de uma alimentação saudável quando o assunto são os alimentos in natura e minimamente processados?
 - ▶ Excesso e ganho de peso ao longo dos anos
 - ▶ Alimentação saudável também é autocuidado
 - ▶ Alimentação saudável para quem mora sozinho
 - ▶ Como a obesidade pode afetar a vida
 - ▶ Alimentação saudável também é autocuidado
 - ▶ Alimentação saudável – Aleitamento materno protege contra o câncer de mama
 - ▶ Prevenir o câncer pela alimentação
- Matérias:
 - ▶ Receita: canjica pra quem é de canjica
 - ▶ Botão Peso Saudável no aplicativo ConecteSUS
 - ▶ Saúde da criança: o peso infantil é um importante indicador
 - ▶ Alimentação saudável ao seu alcance – Apostar na comida de verdade é mais simples do que você imagina
 - ▶ Todo mundo que para de fumar ganha peso? O medo de engordar não pode adiar o abandono do cigarro
 - ▶ De olho no peso, de olho na saúde: Reduzir ou manter pode significar mais qualidade de vida
 - ▶ Você sabe a diferença entre sobrepeso e obesidade?
 - ▶ Como se beneficiar da alimentação saudável a partir da comida de verdade?
 - ▶ Sou hipertenso ou diabético, como me cuidar na pandemia? Em tempos de covid-19, pessoas com doenças crônicas precisam reforçar o autocuidado
 - ▶ É obesidade infantil?
 - ▶ Como enfrentar os principais desafios da amamentação?
 - ▶ Por que comer à mesa faz bem
 - ▶ Pode ou não pode? Alimentação para crianças menores de 2 anos
 - ▶ Volta às aulas presenciais com lancheira saudável
 - ▶ Prevenção do câncer por meio da alimentação e atividade física é possível?
 - ▶ Qual é o papel da alimentação na prevenção do câncer?

- ▶ [Emagreci rápido ou sem saber o motivo. E agora?](#)
- ▶ [O que o consumo de frutas, legumes e verduras tem a ver com saúde?](#)
- ▶ [Estou com excesso de peso e estou ganhando peso ao longo dos anos](#)
- ▶ [Câncer e má alimentação: qual é a relação?](#)
- ▶ [Como a alimentação saudável colabora para a prevenção do infarto](#)
- ▶ [Caminhos do pequi: um alimento que é a cara do cerrado brasileiro](#)
- ▶ [Não se deixe levar pelas aparências: cascas, talos e folhas podem ser aproveitados.](#)
- ▶ [A primeira refeição: o que comer de café da manhã](#)
- ▶ [Não consegue beber água suficiente? Confira 5 dicas para aumentar sua hidratação](#)
- ▶ [Doce, mas nem tanto – 5 dicas para reduzir o consumo do açúcar](#)
- Cards para as redes sociais:
 - ▶ [Confira 5 dicas para aumentar sua hidratação](#)
 - ▶ [A primeira refeição do dia: o que comer no café da manhã?](#)
 - ▶ [Como a alimentação saudável colabora para prevenir o infarto?](#)
 - ▶ [Por que prevenir e cuidar da obesidade?](#)
 - ▶ [Câncer e má alimentação: qual é a relação?](#)

5.4.2 ConecteSUS

Foi incluída a funcionalidade Peso Saudável no aplicativo [ConecteSUS](#) com o objetivo de orientar os profissionais de saúde e usuários sobre estratégias para tratamento da obesidade, considerando a promoção da alimentação adequada e saudável e a prática de atividades físicas. Nessa primeira versão, o usuário tem acesso ao teste “Como está a sua Alimentação?”, e a uma calculadora de Índice de Massa Corporal (IMC), que classifica o estado nutricional. Nas demais abas, é possível acessar dicas, orientações e informações que podem contribuir com um estilo de vida mais saudável. Além disso, o app disponibiliza publicações e podcasts sobre o assunto. Essa ação resulta da parceria da Cgan com a Coordenação-Geral de Inovação em Sistemas Digitais (Cgisd) do DataSUS. Para 2022 está prevista a versão 2 com novas funcionalidades.

5.5 Elaboração e tradução dos Guias Alimentares – TED 211/2017

Foram realizadas as traduções das versões resumidas do *Guia alimentar para a população brasileira* e do *Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos* para os idiomas inglês e espanhol, e também a legenda do vídeo dos 12 passos para uma alimentação saudável de crianças menores de 2 anos para Língua Brasileira de Sinais (Libras), que será disponibilizado no site da APS.

5.6 Agenda de incentivo ao consumo de Frutas, Legumes e Verduras – FLV

O Ano Internacional das Frutas, Legumes e Verduras, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) no final de 2021, foi uma oportunidade de construção de uma agenda de trabalho conjunta e permanente entre diferentes setores de governo, da academia e da sociedade civil para promoção do consumo de FLV, a partir da abordagem de sistemas alimentares. Com o objetivo de fortalecer essa agenda no Brasil, bem como construir estratégias com a participação de gestores, profissionais e sociedade civil, foram realizados – em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP), Ministério da Agricultura, Ministério da Cidadania, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Ministério da Ciência e Tecnologia, atividades relacionadas à agenda de FLV, no contexto das celebrações do Ano Internacional das Frutas, Legumes e Verduras no Brasil. São elas:

- Elaboração da Síntese Rápida de Evidências. Estratégias para o aumento do consumo de frutas, legumes e verduras – Quais intervenções são eficazes e seguras para aumentar o consumo de frutas, legumes e verduras? <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1344317>
- Abertura do Ano Internacional das Frutas, Legumes e Verduras no Brasil, em 1º de julho de 2021, com a realização de um evento de forma virtual, que contou com mais de 200 participantes ao vivo. Disponível em: [Lançamento da agenda de trabalho do Ano Internacional das Frutas, Legumes e Verduras no Brasil](#).
- Cinco Diálogos Regionais (realizados entre os dias 24 de agosto e 14 de setembro de 2021). As gravações podem ser acessadas aqui: <https://youtube.com/playlist?list=PLk9c3bs-iccvz08V0PoRtox6tX-SLdYE>. As discussões dos diálogos regionais foram organizadas e sistematizadas no seguinte documento: https://centrodeexcelencia.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Relatorio_FLV_v03-2.pdf.
- Lançamento do Laboratório de Inovação – Incentivo à Produção, à Disponibilidade, ao Acesso e ao Consumo de Frutas, Legumes e Verduras (LIS-FLV), pelo Ministério da Saúde, por meio da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (Cgan) e do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), em parceria com a Opas, o WFP e a FAO. O LIS-FLV teve 87 experiências inscritas nos dois eixos temáticos previstos no edital. Os resultados podem ser encontrados no seguinte link: <https://apsredes.org/laboratorio-de-inovacao-incentivo-a-producao-ao-consumo-e-ao-abastecimento-de-frutas-legumes-e-verduras>.
- Diálogo Nacional para Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, realizado nos dias 6 e 8 de dezembro de 2021, com os objetivos de trazer a perspectiva dos Diálogos Regionais, associando às discussões ao contexto nacional, e de compartilhar as ações que são efetivas para contribuir com o aumento do consumo de FLV. As gravações do evento estão disponíveis nos canais de YouTube da Opas e do WFP, por meio dos links a seguir.

- ▶ Português
 - 1º dia – 6 de dezembro de 2021 – [disponível aqui](#)
 - 2º dia – 8 de dezembro de 2021 – [disponível aqui](#)
- ▶ Espanhol
 - 1º dia – 6 de diciembre de 2021 – [disponível aqui](#)
 - 2º dia – 8 de diciembre de 2021 – [disponível aqui](#)

5.7 Agenda de redução do consumo de nutrientes críticos

5.7.1 Ações para redução do consumo de açúcar pela população brasileira

- Foi acompanhado o desenvolvimento de um projeto contratado junto à Fundação Ezequiel Dias (Funed MG), via carta acordo com a Opas, para a avaliação e a validação de metodologias de análise laboratorial de açúcares simples em alimentos e para a avaliação do alcance das primeiras metas de redução do teor de açúcar – referentes ao Termo de Compromisso assinado em 2018 – em categorias prioritárias de alimentos, cujos resultados estarão disponíveis em 2022.

5.7.2 Ações para redução do consumo de sódio pela população brasileira

- Relatório de Monitoramento 2019-2020 das metas pactuadas com as indústrias nacionais de alimentos finalizado.
- Foi iniciada a discussão de novas metas para as categorias prioritárias e inclusão de novas categorias para pactuação, com reuniões técnicas programadas para 2022.
- Foi acompanhado o desenvolvimento de um projeto contratado junto à Unicamp, via carta-acordo com a Opas, para a avaliação de dados amostrais e o monitoramento dos índices do teor de sódio em alimentos processados, em cumprimento às metas de redução dos teores de sódio, firmados entre o Ministério da Saúde e as associações representativas do setor produtivo de alimentos, cujos resultados estarão disponíveis em 2022.

5.8 Acompanhamento da agenda de controle e regulação de alimentos

- Articulação com a Gerência de Hemo e Biovigilância e outros produtos sujeitos à Vigilância Sanitária (GHBio/GGMON/Anvisa) para a continuidade e o aperfeiçoamento dos Programas Nacionais de Monitoramento de Alimentos, que incluem o monitoramento dos programas nacionais de fortificação de sal e farinhas e do teor de sódio nos alimentos, realizados pela rede de vigilâncias sanitárias estaduais e laboratórios centrais de saúde pública.

- Grupo de Trabalho da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL): no ano de 2021, foram conduzidas e sistematizadas pela Cgan oito reuniões do GT NBCAL, incluindo a discussão em relação às temáticas: agenda de formação, eventos, monitoramento, compostos lácteos e agenda regulatória. Em 2021, participaram do GT NBCAL as seguintes instituições: Ministério da Saúde (Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição – Cgan e Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno – Cocam), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (IBFAN Brasil), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).
- Reuniões técnicas com conselhos profissionais das áreas da saúde sobre a NBCAL: nos dias 29 de julho e 28 de setembro foram realizadas, em parceria com a Cocam e com a Opas, reuniões com conselhos profissionais das áreas da saúde com objetivo de sensibilizar e fomentar o desenvolvimento de estratégias para fortalecer a NBCAL entre profissionais de saúde, fomentando a troca de experiências entre os conselhos.
- Webinar de Comemoração aos 40 anos do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno: a Cgan participou da organização do webinar, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=0fE8ivWQCFE>.
- NBCAL: ações previstas e realizadas a partir do TED com a UFF:
 - curso EAD sobre o monitoramento da NBCAL;
 - editoração e disponibilização da Cartilha sobre a NBCAL;
 - vídeos para a sensibilização sobre o tema para o público em geral;
 - manual para os facilitadores da oficina de capacitação para o monitoramento da NBCAL (conteúdo e metodologia).

5.9 Agenda de Promoção da Saúde

A equipe da Cgan participou das seguintes ações em conjunto com o Departamento de Promoção da Saúde:

- Elaboração das Recomendações para a operacionalização da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) na Atenção Primária à Saúde (APS) e de todo processo que conduziu ao consenso sobre essas recomendações (oitivas com especialistas e consulta pública).
- Comissões Científica e de Organização do Seminário de comemoração dos 15 anos da Política Nacional de Promoção da Saúde.
- Composição da Câmara Técnica Assessora da Política Nacional de Promoção da Saúde (CTAPNPS). Portaria n.º 43, de 13 de julho de 2021.

- Composição da Câmara Técnica Nacional para implementação da Iniciativa HEARTS–Brasil. Portaria n.º 37, de 17 de junho de 2021.
- Seleção e acompanhamento de projeto para elaboração de obras técnicas para a série de publicações/cadernos alusiva aos 15 anos da Política Nacional de Promoção da Saúde, nas temáticas Promoção da Alimentação Adequada e Saudável e Promoção da Saúde e Prevenção e Cuidado da Obesidade (infantil e adulto). A conclusão está prevista para o ano de 2022.

5.10 Agenda Intersetorial com FNDE

A equipe da Cgan acompanhou atividades de promoção da alimentação adequada e saudável de forma intersetorial no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. As atividades foram:

- Participação no Grupo de Trabalho sobre amamentação e alimentação complementar no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O grupo tem como objetivo apresentar as recomendações para a execução do Pnae para crianças de creches (aleitamento materno e introdução da alimentação complementar saudável – menores de 7 meses de idade). As atividades iniciaram em novembro de 2020 e estão previstas para encerrarem em março de 2022.
- Participação no Grupo de Trabalho para elaboração das 4ª capas dos livros didáticos para livros da pré-escola e creche, destinados a crianças de 0 a 5 anos de idade. As artes foram elaboradas em parceria com o Nucom/MS.
- Participação no Encontro Técnico para nutricionistas do Pnae 2021, com o tema “Nutricionista como promotor da saúde no ambiente escolar” e do Encontro Técnico para Nutricionistas do Pnae 2021 – Rede Federal com o mesmo tema. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=nBjR4rRTIRs>.

5.11 Apoio na revisão de materiais que inclui a temática da alimentação saudável de outras áreas técnicas na Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde

A equipe da Cgan apoiou na revisão técnica do conteúdo sobre a promoção da alimentação adequada e saudável dos seguintes materiais de outras áreas técnicas da Saps/MS:

- Linhas de cuidado do Instituto de Avaliação de Tecnologia em Saúde (Iats) (<https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/todas-linhas>). Em 2021, foram feitas revisões das seguintes linhas de cuidado: obesidade, hipertensão arterial, diabetes, depressão, dor torácica, doença pulmonar obstrutiva crônica, infarto agudo do miocárdio, zica, puericultura, pré-natal de baixo risco.

- Caderneta do adolescente elaborada pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde.
- Materiais de apoio para profissionais da Atenção Primária à Saúde no cuidado de pessoas com diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares. Tratam-se de materiais elaborados pela Coordenação-Geral de Prevenção de Doenças Crônicas e Controle do Tabagismo (CGCTAB/MS).

6

PREVENÇÃO E CUIDADO INTEGRAL DE AGRAVOS RELACIONADOS À A&N

6.1 Deficiência de micronutrientes

- Elaboração das novas recomendações/orientações para os programas de suplementação de micronutrientes, por meio do **Grupo de Trabalho (GT) para Revisão dos Programas Nacionais de Suplementação de Micronutrientes**. O GT foi composto por 15 especialistas para discutir a temática de carência de micronutrientes da população brasileira, tendo em vista a revisão e a reformulação dos Programas Nacionais de Suplementação de Micronutrientes, diante do atual cenário epidemiológico nutricional apontado pelo Enani 2019 e baseado na melhor evidência científica disponível. A revisão foi conduzida pelo Ministério da Saúde, por meio da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (Cgan/MS). O processo de revisão do grupo de trabalho foi realizado por meio de encontros via plataforma de reunião virtual. Os encontros foram mediados pela equipe técnica da Cgan/MS. No total, foram realizados dez encontros entre março e dezembro de 2021. Adicionalmente às reuniões do grupo de trabalho, no dia 9 de julho de 2021, a equipe técnica discutiu com Maria Nieves Garcia-Casal, da Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre as perspectivas da suplementação universal de ferro em crianças brasileiras diante dos dados de anemia.
- **Estratégia NutriSUS**: a Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó – NutriSUS (15 vitaminas e minerais) – tem como objetivo potencializar o pleno desenvolvimento infantil e contribuir para a prevenção e o controle da anemia e outras carências nutricionais. A partir de 2021, o público prioritário atendido pela Estratégia NutriSUS contempla crianças com idade entre 6 e 24 meses de idade atendidas na APS e beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, com redução da faixa etária beneficiária, com base nas evidências científicas mais recentes e nos dados gerados pelo Enani. A implementação da estratégia NutriSUS acontece por meio das Unidades Básicas

de Saúde (UBS). Até o momento, 18 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei) e 2 municípios do estado do Amazonas já iniciaram a nova fase de implementação. Instrutivo NutriSUS – disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo_nutrisus.pdf.

- **Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (PNSVA):** em 2021, foi realizada suplementação de 860.437 crianças de 6 a 11 meses e 1.925.191 de 12 a 59 meses (primeira dose), totalizando 2.785.628 crianças suplementadas, o que corresponde a 47,7% de cobertura em relação à meta (5.833.977 doses), por meio de distribuição centralizada, em parceria com o Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF/SCTIE). Para 2022, serão apresentadas as novas condutas ajustadas e elaboradas com base em evidências geradas pelo Enani e com base nas discussões do Grupo de Trabalho de reformulação dos Programas de Micronutrientes.
- **Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF):** em 2021, conforme Sistema de Monitoramento de Micronutriente (e-Gestor), módulo ferro, a suplementação de sulfato ferroso em crianças de 6 a 24 meses de idade atingiu 77.018 crianças em média em todo o Brasil. Quanto às gestantes, a cobertura com suplementação com sulfato ferroso atingiu em média 5.886 mulheres ao ano, e com ácido fólico, 72.041. O PNSF é um programa com compra de insumos descentralizada, ou seja, de competência dos gestores em cada ente federado, conforme Portaria GM/MS n.º 1.555, de 30 de julho de 2013, a qual incluiu a aquisição dos insumos no Componente Básico da Assistência Farmacêutica. Para 2022, serão apresentadas as novas condutas ajustadas e elaboradas com base em evidências geradas pelo Enani e com base nas discussões do Grupo de Trabalho de reformulação dos Programas de Micronutrientes.
- **Beribéri:** em 2021, em decorrência de surtos de Beribéri entre população carcerária e a recorrência e continuidade da deficiência entre população rural e indígena, a Cgan retomou as articulações com a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) para insistir na importância de inserção da deficiência de tiamina entre as doenças de notificação obrigatória e/ou entre os agravos negligenciados. Essa iniciativa se pauta em razão da gravidade da deficiência que conduz ao óbito e/ou a implicações neurológicas e motoras, entre adultos e crianças, muito embora a expressão numérica de casos seja baixa, frente a outros agravos. A ferramenta utilizada pelas secretarias de saúde para notificação dos casos de beribéri, sob orientação do MS, o FormSUS, foi descontinuada pelo DataSUS. Mas, para além disso, ela se mostrou ineficiente a evidenciar a necessidade do diagnóstico precoce, da intervenção medicamentosa oportuna e dos registros de casos (Processo SEI n.º 25000.119627/2020-16). A Cgan produziu uma Nota Técnica (Nota Técnica n.º 66/2021-Cgan/Depros/Saps/MS), encaminhada à SVS em novembro/2021 (Processo SEI n.º 25000.160632/2021-95), após reuniões técnicas entre as áreas que acordaram esses procedimentos como elemento importante para iniciar o processo de incorporação do Beribéri na Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças (LDNC) ou na lista de acompanhamento

e registro de doenças negligenciadas. No Despacho SVS (0024403911), de 17 de dezembro de 2021, houve manifestação do Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis (DASNT/SVS), concordando com o teor da NT, mas ressaltando que cabe à área técnica as providências quanto à inclusão da doença na LDNC e definições quanto à vigilância, retornando ao Depros para se dar sequência às providências para inclusão da deficiência na LDNC.

6.2 Desnutrição e insegurança alimentar

- Conforme mencionado anteriormente, houve a publicação da Portaria GM/MS n.º 894, de 11 de maio de 2021, que instituiu, em caráter excepcional, incentivos financeiros federais de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, transferidos, em parcela única, aos municípios e Distrito Federal, para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da covid-19. Todos os municípios brasileiros foram contemplados nesta portaria. Houve repasse financeiro de R\$ 345.432.001,15 (trezentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, um real e quinze centavos) para as ações relacionadas ao enfrentamento da má nutrição (desnutrição e obesidade infantil), com foco em crianças e gestantes do Programa Bolsa Família (PBF). No total, 16 oficinas virtuais foram realizadas para apoiar estados e municípios nessa ação.
- Elaborados dois documentos, publicados em versão preliminar:
 - Guia rápido para o acompanhamento de gestantes e crianças com desnutrição na APS, disponível [neste link](#).
 - Insegurança Alimentar na Atenção Primária à Saúde: Manual de Identificação dos Domicílios e Organização da Rede, disponível [neste link](#).

Em termos de monitoramento da portaria, foi considerado o ano de 2019 como linha de base, sendo avaliados os seguintes indicadores e metas: número de atendimentos em crianças menores de 7 anos avaliadas para a condição obesidade ou desnutrição (meta de 27.254 atendimentos) e número de atendimentos em gestantes avaliadas para a condição obesidade ou desnutrição (meta de 6.798 atendimentos). Considerando crianças e gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família, dados até agosto de 2021 mostraram que foram realizados um total de 7.904 atendimentos para crianças menores de 7 anos em 2.147 municípios, e um total de 6.998 atendimentos para gestantes em 1.518 municípios para a condição obesidade ou desnutrição.

6.3 Sobrepeso, obesidade e outras DCNTs

6.3.1 Campanha obesidade infantil

Em agosto de 2021, foi lançada a campanha sobre a prevenção e atenção à obesidade infantil do Ministério da Saúde, reforçando a responsabilidade de todos por cuidar e incentivar crianças a adotarem uma alimentação adequada e saudável e praticar atividades físicas. Também ressalta a atuação da pasta na articulação de ações intersetoriais de promoção da saúde, prevenção e atenção à obesidade infantil.

A publicidade é composta por um filme para TV, spot para rádio, anúncio de revista, peças de mobiliário urbano, banners em portais diversos e peças para redes sociais.

- [Lançamento da Campanha](#)
- [Vídeo da campanha](#)
- [Peças da campanha](#)
- [Vídeo dos parceiros para a Campanha Nacional](#)

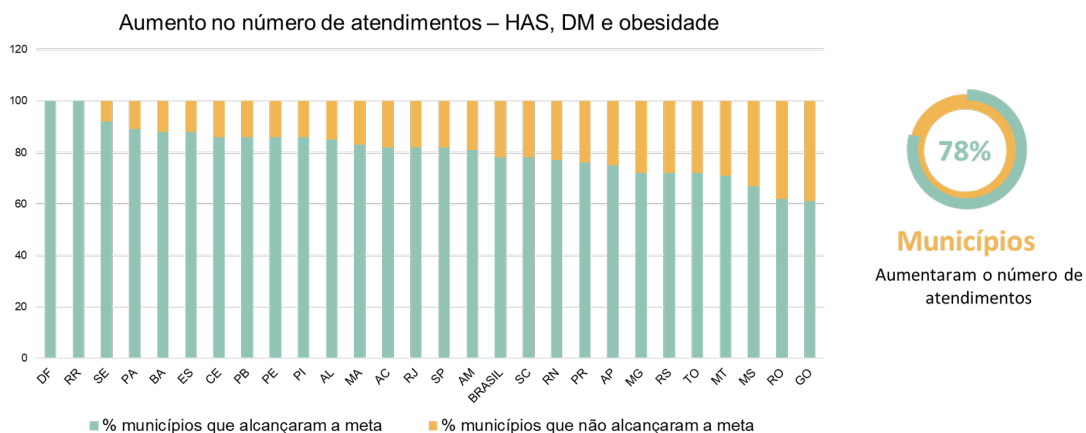
6.3.2 Atenção às pessoas com sobrepeso e obesidade na APS

Principais ações realizadas pela equipe da Cgan:

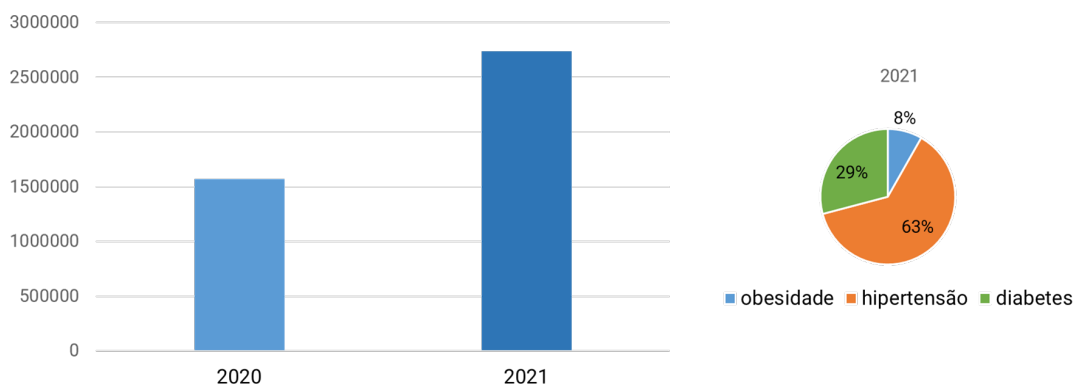
- Publicação do [Manual de Atenção às Pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde \(APS\) do SUS](#)
- Publicação, em parceria por meio de TED com a Universidade Federal de Minas Gerais, dos seguintes materiais:
 - Material teórico para suporte ao manejo da obesidade no SUS
 - Instrutivo de abordagem coletiva para manejo da obesidade no SUS – caderno de atividades educativas
 - Instrutivo de abordagem coletiva para manejo da obesidade no SUS
- Webinar no Dia Mundial da Obesidade em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde sobre [Estigma da obesidade: um desafio para a prevenção e controle](#), no dia 4 de março de 2021.
- Webinar [Estratégias de Prevenção e Atenção à Obesidade na APS – Como fortalecer o cuidado em tempos de pandemia de covid-19](#). O webinar foi realizado no dia 10 de junho de 2021 e contou com a participação da professora Erika Reis, da Ufop, e da referência técnica de alimentação e nutrição do estado de Mato Grosso do Sul, que apresentou os desafios do cuidado em obesidade no seu respectivo estado.
- Webinar [Portaria n.º 2.994/2020: cuidado às pessoas com DCNT no contexto da pandemia de covid-19](#). Foi realizado em 15 de julho de 2021, em parceria com a CGCTAB, com o objetivo de orientar gestores e profissionais de saúde sobre estratégias de utilização do recurso, realização de ações, registro e monitoramento

dos indicadores referentes a essa portaria. O webinar contou com a participação de representantes dos municípios de Querência/MT e Dois Vizinhos/PR, que apresentaram suas experiências na implementação das ações da portaria. A Cgan e a CGCTAB apresentaram o monitoramento dos indicadores da portaria referentes ao segundo trimestre de 2020 e primeiro trimestre de 2021.

- Webinar *Atenção às Pessoas com sobrepeso e obesidade na Atenção Primária à Saúde*. O webinar foi realizado em 23 de setembro de 2021 e teve como objetivo apresentar as recomendações do *Manual de Atenção às Pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) do SUS* para apoiar estados e municípios na implementação das ações de atenção à saúde e fortalecer a qualificação e a efetividade do cuidado em sobrepeso e obesidade. Contou com a participação das professoras Erika Cardoso dos Reis (Ufop), Aline Lopes (UFMG) e Poliana Cardoso Martins (UFBA) e da Coordenação-Geral de Promoção de Atividade Física e Ações Intersetoriais (CGPROFI).
- Elaboração e apresentação de Nota Técnica à Secretaria de Atenção Primária à Saúde com proposta de inclusão de indicador de desempenho relacionado ao cuidado de pessoas com obesidade na APS no Previn Brasil.
- Monitoramento dos indicadores de acompanhamento da Portaria n.º 2.994/2020 relacionados ao cuidado das pessoas com obesidade, hipertensão e diabetes na APS, no contexto da pandemia de covid-19. A portaria instituiu, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus e hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), no Sistema Único de Saúde, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da pandemia do novo coronavírus. O objetivo foi fortalecer o atendimento na APS para indivíduos com diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica e obesidade, por meio da identificação e do cadastro desses usuários, da priorização na assistência terapêutica e da promoção da saúde nas comunidades. Em 2021, foi enviado Ofício Circular n.º 3/2021/Cgan/Depros/Saps/MS de 1º de julho de 2021 às Referências Técnicas Estaduais de Alimentação e Nutrição, Doenças Crônicas não Transmissíveis e Promoção da Saúde e nota técnica com o relatório de monitoramento dos indicadores estabelecidos pela portaria. Foi enviado também um documento com perguntas e respostas para apoiar os gestores nas dúvidas mais frequentes relacionadas à implementação e ao monitoramento da portaria. No dia 15/7 foi realizado webinar Depros sobre a Portaria n.º 2.994/2020.
- No monitoramento realizado, quando comparados os dados de atendimento no 2º trimestre de 2020 com o 1º trimestre de 2021 observou-se aumento no número de atendimentos em 78% dos municípios contemplados com repasse de recurso. No ano de 2020, os atendimentos relacionados à obesidade somaram 6% dos atendimentos monitorados pela portaria (hipertensão + diabetes + obesidade). Em 2021 (janeiro a setembro) esses atendimentos corresponderam a 8%.

Gráfico 1 – Monitoramento 2º trimestre 2020 x 1º trimestre 2021

Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab).

Gráfico 2 – Atendimentos individuais problema/condição avaliada obesidade

Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab). Dados extraídos do período entre janeiro e setembro de 2021.

- Inclusão da funcionalidade Peso Saudável no aplicativo ConecteSUS, com o objetivo de orientar os profissionais de saúde e usuários sobre estratégias para tratamento da obesidade, considerando a promoção da alimentação adequada e saudável e a prática de atividades físicas. Foi finalizada a versão 1 e a equipe acompanha o desenvolvimento da versão 2, que contará com o programa de 12 semanas para mudança de comportamento.
- Reunião na Câmara Técnica da APS, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), com o objetivo de discutir as estratégias para fortalecer a atenção integral às pessoas com sobrepeso e obesidade na APS, no dia 2 de dezembro de 2021. Estiveram presentes 135 pessoas representantes de 22 UFs, entre nutricionistas

e referências técnicas da área técnica de alimentação e nutrição dos estados, gestores municipais e estaduais, gestores e profissionais da APS e outros, na qual foi reforçada a necessidade da inclusão de um indicador relacionado à obesidade no Previne Brasil. SEI n.º 25000.014168/2022-47.

- Celebração de Carta-Acordo com a Universidade Federal de Ouro Preto para o aprimoramento da atenção à saúde de adultos com obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde no Sistema Único de Saúde. A Carta-Acordo envolve: adaptação transcultural da ferramenta EOOS para classificação da gravidade da obesidade em adultos; adaptação transcultural da ferramenta 5As para apoio à abordagem inclusiva e não estigmatizante de adultos com obesidade, elaboração, diagramação e divulgação de manual instrutivo contendo orientações e ferramentas de apoio para a atenção às pessoas com sobrepeso e obesidade no âmbito da APS do SUS.
- Celebração de Carta-Acordo com a Universidade Federal de Viçosa: elaboração de instrutivos e instrumentos para enfrentamento da obesidade grave no Sistema Único de Saúde: da prevenção ao tratamento.
- Acompanhamento de Carta-Acordo com a Universidade de Brasília: Projeto Pró-Guia – Protocolos de uso do guia alimentar para a população brasileira para orientação alimentar de pessoas adultas com obesidade, hipertensão arterial e diabetes mellitus. Realizada revisão do documento técnico contendo a base metodológica comum para construção do fluxograma de priorização e uso das mensagens do Guia para orientação alimentar de pessoas com obesidade, HAS e DM e das versões preliminares dos Protocolos de obesidade e hipertensão. Realizada validação da versão final do Fascículo 1 (documento com bases metodológicas) e do Protocolo de obesidade, assim como de material destinado aos usuários com obesidade.
- Acompanhamento do TED com a Universidade Federal de Minas Gerais: realizado acompanhamento e publicação dos instrutivos de abordagem coletiva para manejo da obesidade em setembro de 2021 e participação em lives para divulgação dos materiais. A equipe da Cgan realizou, durante o ano de 2021, a revisão do instrutivo de abordagem individual da pessoa com obesidade e participou da oficina de validação dele. Atualmente, a equipe realiza validação final do material. Em outubro de 2021 foi disponibilizado o curso Qualificação profissional para manejo da obesidade no SUS, com carga horária de 40 horas, pelo Centro de Telessaúde do Hospital das Clínicas da UFMG/EBSERH.
- Seleção e acompanhamento de projeto para elaboração de obras técnicas para a série de publicações/cadernos alusiva aos 15 anos da Política Nacional de Promoção da Saúde, na temática Promoção da Saúde e Prevenção e Cuidado da Obesidade (infantil e adulto), conforme descrito também na Agenda de Promoção de Saúde.
- Proadi HCor – Manuais de Orientação Alimentar para o cuidado da pessoa com fatores de risco cardiovasculares no contexto da Atenção Básica: trata-se da continuidade do projeto “Manuais de Orientação Alimentar para o cuidado da pessoa com fatores de risco cardiovasculares no contexto da Atenção Básica”, desenvolvido nos triênios de

2015-2017 e 2018-2020, e tem como objetivo promover a utilização da estratégia de orientação da Alimentação Cardioprotetora nos diferentes níveis de Atenção à Saúde. O valor global do projeto é de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais).

- Proadi Haoc – Prevenção e cuidado à pessoa com sobrepeso e obesidade na Atenção Primária à Saúde: Projeto que possui como objetivo promover a qualificação do cuidado às pessoas com obesidade por meio da atuação da APS como protagonista do fortalecimento e/ou implementação da Linha de Cuidado do Sobrepeso e Obesidade em duas macrorregiões de saúde no estado de Alagoas. O projeto em questão é desenvolvido pelo Hospital Alemão Oswaldo Cruz. Valor global: R\$ 3.514.999,80 (três milhões, quinhentos e quatorze mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos) e inclui um diagnóstico da implementação da Linha de cuidado da Obesidade nas regiões envolvidas.
- Proadi HCor Projeto FortaleceRAS: acompanhamento do projeto em parceria com a Coordenação-Geral de Prevenção de Doenças Crônicas e Controle do Tabagismo. O projeto tem como objetivo apoiar o fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde por meio do apoio à implementação das Linhas de Cuidado de sobrepeso e obesidade, diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial sistêmica, acidente vascular cerebral e infarto agudo do miocárdio. O projeto será desenvolvido nas regiões de saúde da Mata Atlântica, na Paraíba, e Região Metropolitana do Rio Grande do Norte, e prevê a realização de diagnóstico situacional de barreiras para a implementação das LC, planos e guias de implementação das LC e oficinas de capacitação de profissionais de diferentes níveis de atenção. O valor global do projeto é de R\$ 9.950.000,00 (nove milhões, novecentos e cinquenta mil reais).

6.3.3 Proteja

Em agosto de 2021, o Ministério da Saúde lançou a Estratégia Nacional de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (Proteja), instituída pela Portaria GM/MS n.º 1.862, de 10 de agosto de 2021. Foi publicada também a Portaria GM/MS n.º 1.863, de 10 de agosto de 2021, que institui o incentivo financeiro federal de custeio destinado aos municípios para a implementação das ações de prevenção e atenção à obesidade infantil no âmbito da Estratégia Nacional para a Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil – Proteja. Foram adotados os seguintes critérios para elegibilidade dos municípios: ter porte populacional menor de 30 mil habitantes; prevalência de excesso de peso em crianças menores de 10 anos maior ou igual a 15%, cobertura de avaliação do estado nutricional superior a 50% em crianças menores de 10 anos; e ter registro de avaliação de marcadores de consumo alimentar em crianças menores de 10 anos. Dos 1.331 municípios elegíveis à adesão, considerando os critérios dispostos na portaria, 1.320 municípios (99,1% dos habilitados) finalizaram a adesão.

Os recursos para a implementação das ações no âmbito do Proteja destinam três parcelas anuais, no total de R\$ 31,9 milhões/ano, durante três anos (2021-2023).

No processo de adesão, foi apresentado aos municípios uma lista de 20 ações essenciais e 41 ações complementares recomendadas para composição/alcance da estratégia no nível

municipal, conforme detalhado no documento com orientações técnicas do Proteja. Entre as ações complementares, os municípios deveriam se comprometer com a realização de no mínimo mais cinco ações, de livre escolha, considerando que a prevenção da obesidade infantil não se dará com a implementação de apenas uma ação, mas a partir de um conjunto de ações. As ações complementares pactuadas em maior frequência foram: “disponibilizar carga horária para que os profissionais da APS do município que atuam na prevenção da obesidade infantil realizem pelo menos uma capacitação ou curso por ano, oferecido pelo Ministério da Saúde na temática (n=854)”; “realizar manejo do ganho de peso excessivo, do diabetes gestacional e hipertensão induzida pela gravidez (n=851)”; “oferecer, pelo menos, uma capacitação por ano para profissionais da APS que atuam, principalmente com o público materno-infantil, na coleta antropométrica e avaliação dos marcadores do consumo alimentar (n=821)”; “qualificar o monitoramento das ações de atividade física realizadas (n=709); e “garantir a oferta gratuita de água potável (bebedouros em condições higiênicas sanitárias adequadas) nas escolas da rede pública (n=774)”.

Entre os meses de novembro e dezembro, foram realizadas 24 oficinas de apoio à implementação do Proteja (primeira rodada de oficinas) com os municípios habilitados para o recebimento do incentivo financeiro (Portaria GM/MS n.º 2.670, de 13 de outubro de 2021). Dos 1.320 municípios, 45% (n=595) participaram das oficinas. Essa participação foi avaliada mediante assinatura da lista de frequência, desse modo, é possível que esse número esteja subestimado. Os estados com maior percentual de participação dos municípios foram Goiás (23 de 24 municípios, 95,8% de adesão) e Pernambuco (47 de 59, 79,7%). Entretanto, não houve participação dos municípios do Pará (com 20 municípios) e de Roraima (com 1 município), somente as referências estaduais destes dois estados participaram da oficina. Para a condução e a implementação das oficinas, a equipe da Cgan contou com o apoio da Ufal, que foi viabilizada por meio da celebração de Termo de Execução Descentralizada.

O Ministério também se uniu a gestores e a parceiros do governo federal, entidades profissionais e organismos internacionais para firmar o Compromisso Nacional, que tem como objetivo que toda a sociedade apoie a implementação das ações voltadas para a prevenção e atenção à obesidade infantil. Entre as entidades que assinaram o acordo estão: Conass; Conasems; Unicef Brasil; Opas Brasil; FAO Brasil; Unesco; Programa Mundial de Alimentos (PMA); Pastoral da Criança; Conselho Federal de Nutricionistas (CFN); Associação Brasileira de Nutrição (Asbran); Conselho Federal de Medicina (CFM); Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP); Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso); Conselho Federal de Educação Física (Confef); Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde (SBAFS); Ministério da Educação; Ministério da Cidadania; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O termo pode ser acessado em: https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20210818_N_TermoObesidadeinfantil_8483000199661631175.pdf. Ainda em 2021, foram realizadas duas reuniões trimestrais, no formato virtual, com os parceiros do Compromisso Nacional. A primeira e segunda reunião trimestral foram realizadas nos dias 14 de setembro e 9 de dezembro, respectivamente.

- Publicações:
 - ▶ Portaria GM/MS n.º 1.862, de 10 de agosto de 2021: institui a Estratégia
 - ▶ Portaria GM/MS n.º 1.863, de 10 de agosto de 2021: institui incentivo financeiro
 - ▶ Portaria GM/MS n.º 2.670, de 13 de agosto de 2021: define e habilita municípios com adesão ao recebimento de incentivo financeiro federal de custeio destinado à implementação das ações de prevenção e atenção à obesidade infantil no âmbito da Estratégia Nacional para a Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (Proteja).
 - ▶ Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil: orientações técnicas
 - ▶ Policy Brief Obesidade Infantil – Ações de prevenção e atenção no Brasil, Colômbia e Peru
 - ▶ Policy brief sobre estratégias efetivas para prevenção e atenção à obesidade infantil;
 - ▶ Publicação: Instrutivo para o cuidado da criança e do adolescente com sobrepeso e obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde.
- Principais Eventos:
 - ▶ Live “Roda de Conhecimento/ Estratégia Nacional para prevenção e atenção à obesidade Infantil – Proteja”
 - ▶ Live Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (PROTEJA)
 - ▶ Webinário: Ambiente Alimentar e Obesidade Infantil
 - ▶ Webinário: O cuidado da criança e do adolescente com excesso de peso
 - ▶ Webinário: Medidas protetivas no sistema de governança política para a prevenção da obesidade infantil
 - ▶ Webinário: Experiências Internacionais no Enfrentamento da Obesidade Infantil
 - ▶ Seminário Confelanyd 2021: Perspectivas e Desafios das Políticas de Alimentação e Nutrição Frente à Obesidade
 - ▶ Live Encontro com o Especialista 28/1/2020 – Sobrepeso e Obesidade na Infância
 - ▶ Live Obesidade infantil e as oportunidades das Cidades Saudáveis na oferta de um ambiente promotor de saúde, alimentação saudável e atividade física. Este evento faz parte do projeto de cooperação “Nutrir o Futuro”, uma parceria entre o Ministério da Saúde, o Centro de Excelência contra a Fome do WFP e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

6.3.4 Doenças crônicas não transmissíveis

A equipe da Cgan revisou materiais informativos, formativos e instrutivos destinados aos profissionais de saúde e usuários referentes à promoção da saúde, prevenção, tratamento e cuidado de pessoas com DCNT elaborados/coordenados pela CGCTAB.

A equipe também participou dos seguintes eventos:

- Reuniões da Câmara Técnica Nacional da Iniciativa HEARTS – Brasil realizadas no ano de 2021.
- Oficina do Comitê Consultivo do Guia de Boas Práticas para o cuidado em hipertensão e diabetes na APS.
- Reunião para Discussão de ferramentas para avaliação e estratificação do risco cardiovascular na Atenção Primária à Saúde (APS).
- Reunião de escopo para elaboração do Protocolo Clínico e Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial Sistêmica.
- Ciclo de Webinários Depros: Estratégia de Saúde Cardiovascular na APS.
- Webinário: Alimentação e atividade física na prevenção do câncer na APS: as recomendações do Inca.

6.4 APLV

- Registro da linha do tempo de discussões e debates referentes à incorporação de fórmulas para crianças, disponível no SEI 25000.021277/2021-30.
- Em dezembro de 2021 foi aberta Consulta Pública sobre a incorporação do Teste de Provocação Oral (TPO) no PCDT de APLV.

6.5 Demandas judiciais

Foram respondidas 24 demandas judiciais individuais por acesso a fórmulas nutricionais, tendo como principais agravos que as originaram, as doenças neurológicas (48%, n=10), alergias/intolerâncias alimentares (25%, n=6), erros inatos do metabolismo (8%, n=2), doenças endócrinas, metabólicas e nutricionais (8%, n=2), doenças do aparelho digestivo (2%, n=1), neoplasia (2%, n=1) e outros (8%, n=2).

- Atendidas seis solicitações de atualização quanto ao acesso a fórmulas para Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV), em duas ações civis públicas, disponíveis no SEI 25000.095009/2012-63 e no SEI 25000.029197/2014-01 (provenientes do estado da Bahia e do estado de Santa Catarina, respectivamente) que condenam a União a garantir o acesso a essas fórmulas para crianças até 2 anos de idade.

7

AGENDA INTERNACIONAL

7.1 Década de Ação da ONU para Nutrição

A partir da proclamação da Década de Ação das Nações Unidas para Nutrição (2016-2025), o Brasil tem mantido seu protagonismo em âmbito internacional centrando esforços para o enfrentamento a todas as formas de má nutrição, por meio da pactuação de compromissos e coordenação de Redes de Ação, lançadas em 2018, e compostas por outros países da Região das Américas, incluindo Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México e Uruguai. Foi realizada a contratação de consultor para apoiar as atividades brasileiras no âmbito da Década de Nutrição, especialmente em relação às atividades da Rede de Ação sobre Guias Alimentares, baseados no nível de processamento dos alimentos e da Rede de Ação sobre Estratégias para a redução do consumo de sal para a prevenção e controle de doenças cardiovasculares nas Américas. Essa consultoria terá como entregas, previstas para 2022: Documento Técnico para o Seminário Virtual da Rede de Ação de Guias Alimentares baseados no nível de processamento dos alimentos nas Américas e Caribe, já elaborado; Documento técnico executivo que apresente histórico da atuação e proposição de ações para os próximos 12 meses no âmbito da Rede de Guias Alimentares baseados no nível de processamento dos alimentos nas Américas e Caribe, já elaborado; Documento Técnico para a realização do Seminário Virtual da Rede de Ação para redução do consumo de sal e prevenção de doenças cardiovasculares nas Américas e Caribe; Documento técnico executivo que apresente histórico da atuação e proposição de ações para os próximos 12 meses no âmbito da Rede de Ação sobre Estratégias para a redução do consumo de sal e prevenção de doenças cardiovasculares nas Américas e Caribe; e Documento técnico e analítico que apresente histórico e proposição de atividades para os cinco anos finais da Década de Ação de Nutrição das Nações Unidas, com vistas à publicação pelo Ministério da Saúde.

7.1.1 Rede de Ação sobre Guias Alimentares baseados no nível de processamento dos alimentos nas Américas

Tem como objetivo apoiar os países na elaboração, na implementação, no monitoramento e na avaliação de Guias Alimentares que incorporem a dimensão do processamento de alimentos para induzir políticas públicas, promovam uma alimentação saudável que valorize os alimentos in natura e minimamente processados e que visem à redução do consumo de alimentos ultraprocessados. Em 2021, as atividades se deram via TED 211/2017 e foram:

- Finalização e diagramação do *policy brief* que sintetiza as experiências dos nove países integrantes da Rede de Ação sobre a elaboração, a implementação e a avaliação de guias alimentares, bem como descreve aspectos importantes dessas etapas e traz estratégias futuras para elaboração e implementação com vistas a enfrentar todas as formas de má nutrição. Esse documento será publicado no site da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Link: <https://www.paho.org/pt>;
- Seminário Virtual da Rede de Ação com o objetivo de disseminar evidências científicas recentes sobre o impacto do nível de processamento dos alimentos na saúde, na obesidade e em outras doenças crônicas, bem como discutir estratégias de implementação e disseminação de Guias Alimentares baseados no nível de processamento dos alimentos nas Américas. O seminário está disponível [neste link](#). A partir desse seminário foi elaborado plano de trabalho para 2022 com o apoio de técnicos do Ministério da Saúde do Uruguai (país copresidente da rede). O plano de trabalho incluiu as seguintes atividades:
 - Atualização do *policy brief* apresentando a síntese de experiências dos países na elaboração e/ou implementação e/ou monitoramento e avaliação de Guias de Alimentos que considerem o nível de processamento.
 - Elaboração de documento com estratégias para a indução de sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis: papel dos guias alimentares como indutores de políticas públicas e ações nacionais reunindo experiências exitosas de cada país.
 - Elaboração de posicionamento conjunto acerca do documento com diretrizes para a elaboração, a implementação e o monitoramento e a avaliação das Guias Alimentares elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).
 - Elaboração de uma ferramenta e/ou diretrizes de avaliação e monitoramento da implementação e impacto dos Guias Alimentares.
 - Plataforma virtual para compartilhar orientações nutricionais, documentos e evidências científicas entre os países-membros.
 - Estímulo à cooperação entre os países visando a mecanismos de financiamento.

7.1.2 Rede de Ação sobre estratégias para a redução do consumo de sal para a prevenção e controle de doenças cardiovasculares nas Américas

Tem como objetivo apoiar, por meio do intercâmbio de experiências, a elaboração, o aprimoramento, a implementação e avaliação de estratégias de redução do consumo de sal visando à prevenção e ao controle de doenças cardiovasculares, e também ao cumprimento dos compromissos estabelecidos no plano de ação para estratégias globais para prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2021, as atividades se deram via TED 211/2017 e foram:

- Finalização e diagramação do *policy brief* que apresenta evidências importantes sobre a necessidade de reduzir o consumo de sal pela população e sintetiza as experiências de oito países da Rede de Ação sobre o monitoramento do consumo de sal pela população, as normas de rotulagem e marketing para promover escolhas alimentares adequadas, a reformulação de alimentos e as ações de educação e comunicação para reduzir o consumo de sal. Esse documento será publicado no site da Organização Pan-Americana da Saúde.
- Realizado o planejamento para a realização de seminário virtual da Rede de Ação, previsto para o primeiro bimestre de 2022, com o objetivo de atualizar as atividades em andamento na agenda de redução de sódio por cada país-membro, discutir os avanços e principais desafios na região e pactuar as próximas atividades da rede, culminando na elaboração do plano de trabalho para 2022.
- Em paralelo, a Cgan participou da elaboração das metas globais de redução de sódio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da atualização das metas regionais propostas pela Opas, assim como participou de eventos internacionais sobre a redução do sódio, como a Cúpula do *Nutrition for Growth*, para compartilhar a experiência brasileira na agenda.

7.2 Cooperação com países

7.2.1 Cooperação com Moçambique – TED 211/2017

No ano de 2021, foram retomadas as atividades da cooperação do Ministério da Saúde do Brasil com o Ministério da Saúde Moçambicano (Misau) e o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (Setsan) de Moçambique. Foram realizadas reuniões virtuais entre as equipes, com a repactuação dos produtos previstos no âmbito da cooperação, bem como a proposição de criação de grupos de trabalho relacionados aos diferentes produtos. Também foram realizadas atividades de colaboração técnica para elaboração dos Termos de Referência para contratação de consultores moçambicanos para realizarem levantamento de informações e evidências para dar início à produção do Guia alimentar para crianças menores de 5 anos, livro de receita para apoiar a alimentação complementar de crianças menores de 2 anos de idade e livro de receitas para apoiar a reabilitação de crianças egressas de internação hospitalar por desnutrição, ambos baseados em alimentos e preparações culinárias tradicionais; catálogo

de alimentos locais e preparações culinárias tradicionais. Ainda em 2021, a equipe brasileira elaborou modelo de governança bilateral do projeto, a ser validado na primeira missão à Moçambique do ano de 2022, e também foi validado cronograma de trabalho para os dois próximos anos, incluindo as missões in loco (no Brasil e em Moçambique).

7.2.2 Cooperação com Portugal – TED 211/2017

Foi realizada a contratação de consultor para apoiar as atividades de cooperação com a área técnica de alimentação e nutrição do Ministério da Saúde de Portugal. Essa consultoria terá como principais entregas a análise comparativa das políticas de alimentação e nutrição e a análise comparativa das ações e estratégias para prevenção e atenção à obesidade infantil do Brasil e de Portugal, e dois resumos de política sobre os temas abordados na cooperação. Todas elas estão previstas para 2022.

7.2.3 Cooperação com México

Em 2021, a cooperação com o México foi continuada a partir da realização de dois encontros virtuais, o primeiro deles sobre articulação intersetorial no âmbito da alimentação e nutrição, realizado em 29 de julho, e o segundo sobre atenção e cuidado do sobrepeso e da obesidade na infância, realizado em 26 de agosto.

7.2.4 Cooperação com Colômbia e Peru – TED 141/2019

Em 2021 foram realizadas as seguintes atividades:

- Elaboração e diagramação de *policy brief* sobre estratégias efetivas para prevenção e atenção à obesidade infantil ([disponível aqui](#)).
- Elaboração de dois roteiros para dois vídeos sobre estratégias efetivas para prevenção e atenção à obesidade infantil (links: [vídeo 1](#) e [vídeo 2](#)).
- Elaboração de análise comparativa das políticas nacionais de alimentação e nutrição do Brasil, Colômbia e Peru, ainda em fase de ajustes finais.
- Elaboração de análise comparativa das ações de prevenção e atenção à obesidade infantil do Brasil, Colômbia e Peru.
- Relatoria dos Diálogos Regionais (entregue) e do Diálogo Nacional para promoção da Alimentação Adequada e Saudável (será entregue em 2022), no âmbito da agenda de incentivo do consumo de frutas, legumes e verduras (FLV), descrita no item 5.5.
- Relatoria da reunião técnica entre Brasil, Peru e Colômbia, no âmbito da agenda de incentivo do consumo de frutas, legumes e verduras (FLV), descrita no item 5.5.
- *Policy brief* voltado para gestores locais sobre estratégias para o aumento do consumo de FLV (iniciado em 2021 e entregue em 2022).
- Realização de evento paralelo no 18º Congresso da Confederação Latino-Americana de Nutricionistas e Dietistas (Confelanyd) intitulado “Seminário Técnico – Perspectivas e Desafios das Políticas de Alimentação e Nutrição frente à obesidade”. Link: [disponível aqui](#).

7.3 Cooperação com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP

Para dar seguimento à resolução sobre o fomento de sistemas alimentares sustentáveis e promotores de alimentação saudável (link: [disponível aqui](#)), no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Ministério da Saúde continuou a cooperação para a elaboração e a adaptação de guias alimentares baseados em alimentos.

Foram realizadas duas reuniões em 2021 com os países da CPLP. Em reunião realizada em 6 de abril de 2021, foi feita pela Cgan uma breve apresentação dos guias alimentares brasileiros e da proposta brasileira de apoiar a elaboração, a divulgação, a implementação e o fortalecimento de guias alimentares baseados em alimentos no âmbito da agenda de promoção da alimentação adequada e saudável. A reunião realizada no dia 26 de novembro de 2021 tratou sobre metodologias para elaboração de guias alimentares e foi apresentada a minuta de Programa de Cooperação para fortalecimento, disseminação e elaboração de guias alimentares na CPLP. Além disso, cada país teve um espaço para apresentar sua situação epidemiológica e compartilhar sobre a existência de guias e normativas de alimentação saudável de sua nação. O plano de trabalho será adaptado ao formato dos documentos de cooperação da CPLP e apresentado aos representantes dos países para continuidade das atividades no primeiro bimestre de 2022.

7.4 Mercosul

No âmbito do Mercosul, a Presidência Pro Tempore foi exercida pela Argentina e pelo Brasil no primeiro e segundo semestre de 2021, respectivamente. A Cgan participa da Comissão Intergovernamental de Segurança Alimentar e Nutricional (Cisan), e, em 2021, foram assinados os acordos:

- N.º 2/2021 – Presidência Pro Tempore da Argentina (visa proteger as dietas tradicionais baseadas nos guias alimentares locais, promovendo uma alimentação adequada à cultura alimentar, valorizando especialmente alimentos regionais in natura e minimamente processados) [disponível aqui](#) (Anexo II).
- N.º 6/2021 – Presidência Pro Tempore do Brasil (visa fomentar o desenvolvimento de um ambiente escolar saudável, aplicado às escolas públicas e privadas, com objetivo de prevenir e controlar as múltiplas consequências da má nutrição e de outras doenças crônicas) no âmbito desta Comissão (Anexo II).

7.5 Codex Alimentarius

A Cgan participou como representante do Ministério da Saúde nas discussões dos grupos de trabalho nacionais das Comissões de Nutrição e Alimentos para Fins Especiais (CCNFSDU) e de Rotulagem Nutricional (CCFL), coordenados pela Anvisa. Na agenda do CCNFSDU em 2021, destacaram-se as discussões das fórmulas infantis de seguimento e de alimentos terapêuticos prontos para o uso (RUTF). A principal agenda de interesse direto da Cgan no CCFL no ano foi a discussão das orientações do Codex para a rotulagem frontal de alimentos.

7.6 Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU

A Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU organizou-se em cinco linhas de ação: (1) Garantia do Acesso à Alimentação Saudável, Segura, Sustentável para Todos; (2) Padrões de Consumo Saudáveis e Sustentáveis; (3) Produção em Escala de Alimentos Positivos para a Natureza; (4) Promover o Sustento e a Distribuição de Valor Equitativa; e (5) Construção de Resiliência contra Vulnerabilidades, Choques e Tensões. A Cgan contribuiu especialmente com as discussões relacionadas às linhas de ação 1 e 2.

A Cgan participou das duas rodadas de videoconferências nacionais, pontuando como temas prioritários: 1) Importância da intensificação do acompanhamento da situação alimentar e nutricional da população, assim como de seus determinantes, que contribui para identificar o perfil de saúde, alimentação e nutrição da população brasileira, bem como eventuais lacunas e deficiências a serem foco de políticas públicas de SAN; 2) Importância da intensificação da implementação e utilização dos guias alimentares, baseados em evidências científicas, como documento indutor de políticas públicas nos diferentes setores; 3) Importância da implementação de orientações que visem à redução do consumo de alimentos ultraprocessados pela população do País – no formato de guias alimentares ou outros instrumentos que centralizam a disseminação da mensagem, tendo em vista os malefícios dos alimentos ultraprocessados para a saúde; 4) Reforço às agendas de incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras, tais como estratégias de marketing social e estratégias de aumento do acesso a frutas, legumes e verduras para a população.

7.6.1 Coalizão sobre Dietas Saudáveis de Sistemas Alimentares Sustentáveis

A Coalizão sobre Dietas Saudáveis de Sistemas Alimentares Sustentáveis é tratada como oportunidade para os países reforçarem as agendas de enfrentamento da múltipla carga de má nutrição em consonância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição adotadas no Comitê de Segurança Alimentar e Nutrição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Ainda, reforça iniciativas as quais o Brasil é signatário, incluindo os compromissos da Segunda Conferência Internacional de Nutrição e a Década de Ação das Nações Unidas para Nutrição. A coalizão tem como objetivo fomentar e apoiar ações para que dietas saudáveis sejam disponíveis e acessíveis a todos, especialmente aos mais vulneráveis a diferentes formas de má nutrição, e tem como resultado esperado o fortalecimento de ações visando impactar a alimentação saudável por meio de sistemas alimentares sustentáveis, a partir do alinhamento e da mobilização de tais ações em nível nacional e global, incluindo o compartilhamento de experiências e uma rede de aprendizagem entre os países. Para isso, apresenta um escopo de atuação em três eixos, sendo eles a cadeia de suprimento de alimentos, o ambiente alimentar e a valorização da comida, considerando assim diferentes pontos da cadeia de produção de alimentos.

O Brasil aderiu à Coalizão em outubro de 2021. A Cgan destacou o alinhamento das informações disponibilizadas sobre a coalizão com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e as diretrizes nacionais sobre alimentação adequada e saudável apresentadas no *Guia alimentar para a população brasileira* e no *Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos*, considerando o reconhecimento de que o consumo alimentar extrapola as escolhas individuais e necessita de uma abordagem ampliada, desde a produção até a distribuição e o consumo dos alimentos, fundamental para as ações de saúde e nutrição voltadas para o cumprimento dos ODS. Ainda, destacou a importância do envolvimento do setor saúde para a elaboração de ações voltadas à melhoria dos sistemas alimentares, considerando sua relação com a situação de segurança alimentar e nutricional que reflete no cenário de múltipla carga de má nutrição do País. Por fim, cabe ressaltar que a participação na coalizão, no âmbito da saúde, assim como a Rede de Ação de Guias Alimentares baseados no nível de processamento dos alimentos da Década de Nutrição, consiste num espaço de compromisso internacional do Brasil atrelado aos guias alimentares nacionais, instrumentos indutores de práticas alimentares saudáveis e políticas públicas efetivas para a promoção da saúde e que trazem abordagem ampliada sobre a alimentação adequada e saudável, incluindo discussões sobre os sistemas alimentares, formas de produção, circunstâncias que envolvem o ato de comer, valorização da alimentação tradicional brasileira e os múltiplos determinantes da alimentação e má nutrição.

7.7 Comitê de Segurança Alimentar Mundial – CSA da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO

A Cgan participou da 49ª reunião plenária do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), em setembro de 2021, na qual o Brasil destacou a importância de sistemas alimentares eficientes, sustentáveis e resilientes para promover a Segurança Alimentar e Nutricional. Destacou-se também que todos devem ter acesso a uma alimentação adequada e saudável, direito humano presente na Constituição do Brasil. Nesse contexto, os governos devem ter uma atenção especial em relação às populações em vulnerabilidade, sendo necessária a implementação de políticas públicas adequadas no âmbito nacional, regional e internacional.

7.8 Tokyo Nutrition for Growth – N4G Summit 2021

No evento Tokyo Nutrition for Growth (N4G) Summit 2021 o ministro da Saúde assumiu o compromisso de redução em 2% da obesidade entre crianças e adolescentes até 2030, segundo o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030.



PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL

8.1 Cian

A Cgan participou de todos os encontros da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição do Conselho Nacional de Saúde do ano de 2021.

- Aprovação do calendário e cronograma temático para 2021.
- Revisita ao plano de trabalho de 2020 para realização de balanço da comissão e reintegração das temáticas de assuntos pertinentes na agenda 2021.
- RECOMENDAÇÕES aprovadas pelo CNS, que se relacionam à alimentação e à nutrição:
 - recomendação CNS n.º 22, de 24 de agosto de 2021. Recomenda a publicação do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Alergia à Proteína do Leite de Vaca para sua efetivação no SUS, entre outras medidas;
 - recomendação CNS n.º 40, de 13 de dezembro de 2021. Recomenda medidas para a operacionalização adequada do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT);
 - recomendação CNS n.º 12, de 14 de fevereiro de 2021. Recomenda ao Ministério da Saúde que implemente o Guia Alimentar para a População Brasileira.

8.2 CNDH

A Cgan integra a Comissão Permanente de DHAA do Conselho Nacional de Direitos Humanos em representação do MS. No ano de 2021, foram tratados, nas discussões da Comissão, temas relacionados ao aumento da miséria, da fome, da insegurança alimentar e nutricional, da exclusão social e do impacto de medidas governamentais sobre programas com repercussão negativa sobre a situação alimentar e nutricional da população brasileira e/ou de segmentos específicos (indígenas, PCT, população carcerária, entre outros). São elas:

- Recomendação n.º 07, de 26 de março de 2021 – Recomenda a retirada de pauta dos Projetos de Lei n.º 3.292/2020 e n.º 4.195/2012, em trâmite na Câmara dos Deputados, que propõem alterações no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) (Lei n.º 11.947/2009).
- Recomendação n.º 08, de 9 de abril de 2021 – Recomendação para reconstituição da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional prevista na Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006.
- Recomendação n.º 15, de 20 de maio de 2021 – Recomenda a recomposição do orçamento destinado à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a aprovação do PL 823/2021, que institui medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil.
- Recomendação n.º 25, de 9 de julho de 2021 – Recomenda o fortalecimento e a ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

9

DESEMPENHO EM RELAÇÃO ÀS METAS E AOS COMPROMISSOS

9.1 Plano Nacional de Saúde – PNS

O Plano Nacional de Saúde 2020-2023 é um importante instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas, das ações e das estratégias do Ministério da Saúde, e, com vistas à convergência entre os instrumentos de planejamento do governo federal, foram estabelecidos os mesmos sete objetivos para o PPA 2020-2023 e para o PNS 2020-2023. Nesse sentido, destaca-se o objetivo de “promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada” (BRASIL, 2020).

Em 2020, a Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Atenção Primária à Saúde (CGMATP/Saps/MS) organizou uma proposta e incorporou metas e índices de referência relacionados às ações de alimentação e nutrição e ao objetivo estratégico de promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada. A meta e as entregas intermediárias relacionadas à agenda da Pnan são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Metas e entregas intermediárias do Plano Nacional de Saúde (PNS) relacionadas às ações de alimentação e nutrição

Meta	Indicador	Resultados parciais
Ampliar para 5% a proporção de atendimentos individuais por problema ou condição avaliada “obesidade” na Atenção Primária à Saúde.	Proporção de atendimentos individuais por problema ou condição avaliada “obesidade” na Atenção Primária à Saúde.	Realizado: 2,72% Data de apuração: 28/12/2021 Período de competência: novembro/2021.
Entregas intermediárias	Indicador	Resultados parciais
Ampliar para 16,2% o percentual de pessoas que tiveram pelo menos um acompanhamento de estado nutricional na Atenção Primária à Saúde, por ano.	Percentual de pessoas que tiveram pelo menos um acompanhamento de estado nutricional na Atenção Primária à Saúde, por ano.	Previsto: 16,2 Prazo: 31/1/2022 Realizado: 11,56%.
Ampliar para 1,1% o percentual de pessoas que tiveram pelo menos um acompanhamento de marcadores do consumo alimentar na Atenção Primária à Saúde, por ano.	Percentual de pessoas que tiveram pelo menos um acompanhamento de marcadores do consumo alimentar na Atenção Primária à Saúde, por ano.	Previsto: 1,1 Prazo: 31/1/2022 Realizado: 0,79%.

Fonte: Sistema de Planejamento e Monitoramento do Ministério da Saúde (Siplam).

Além disso, outros indicadores integram o PNS para acompanhamento da Política Nacional de Saúde. Eles serão apresentados anualmente por meio dos Relatórios Anuais de Gestão, bem como as evoluções em relação aos índices de referência. A Tabela 2 mostra os indicadores que apresentam estreita relação com as agendas da Pnan.

Tabela 2 – Indicadores gerais da Política Nacional de Saúde

Indicador	Fonte	Índice de referência (2018)	Resultado parcial (2020/2021)
Percentual de crianças de 2 a menos de 10 anos que consumiram bebidas adoçadas	Sisvan*	66,0%	64,9% ¹
Percentual de crianças menores de 10 anos com excesso de peso	Sisvan*	21,9%	15,9% ²
Percentual de adultos (18 anos ou mais) com obesidade	Vigitel**	19,8%	22,4%
Percentual de crianças com aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de vida	Sisvan*	54,0%	54,0% ³
Percentual de adultos (18 anos ou mais) que consomem bebidas adoçadas regularmente	Vigitel**	14,4%	14,0%
Percentual de adultos (18 anos ou mais) que consomem frutas e hortaliças regularmente	Vigitel**	33,9%	34,2%

Fonte: elaboração própria.

* Dados extraídos a partir dos relatórios públicos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) em outubro de 2021. ¹ Percentual de crianças de 2 a 9 anos que consumiram bebidas adoçadas considerando o acompanhamento de 214.303 crianças na Atenção Primária. ² Percentual de crianças menores de 6 meses em aleitamento materno exclusivo considerando o acompanhamento de 73.948 crianças na Atenção Primária. ³ Percentual de crianças menores de 10 anos com excesso de peso considerando o acompanhamento de 6.133.739 crianças na Atenção Primária.

**Dados de 2021 oriundos da Vigitel 2021: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. ⁴Indicador referente ao consumo de refrigerantes em cinco ou mais dias da semana.

9.2 Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030

A agenda de alimentação e nutrição, especialmente as ações voltadas à prevenção da obesidade e demais DCNTs associadas, foram incluídas no Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030, protagonizado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. As metas estabelecidas fazem referência aos fatores de risco para DCNTs, e aqueles que apresentam estreita relação com agendas da Pnan são:

- Reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados.
- Reduzir em 2% a obesidade entre crianças e adolescentes.
- Deter o crescimento da obesidade entre adultos.
- Reduzir em 30% o consumo regular de bebidas adoçadas.
- Aumentar em 30% a prevalência de consumo recomendado de frutas e de hortaliças

10

COVID-19

- Portaria n.º 2.994, de 29 de outubro de 2020 – Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da pandemia do novo coronavírus.
- Portaria GM/MS n.º 894, de 11 de maio de 2021 – Institui, em caráter excepcional, incentivos financeiros federais de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, a serem transferidos, em parcela única, aos municípios e ao Distrito Federal, para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da covid-19.

11

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O ano de 2021 ainda foi marcado pelas repercussões da pandemia de covid-19 sobre as rotinas de trabalho da Cgan e parceiros, principalmente no que se refere à priorização das agendas de apoio institucional realizadas em plataformas virtuais de videoconferência.

Os esforços de retomada das produções em saúde, no que se refere à agenda de alimentação e nutrição, foram reconhecidos. Os dados preliminares referentes à cobertura dos registros de Vigilância Alimentar e Nutricional apontam aumento quando comparados aos resultados alcançados em 2020 e à previsibilidade para 2021, considerando o fechamento da consolidação em aberto.

Atividades e ações induzidas pela emergência de atuação do estado frente à pandemia de covid-19 também marcaram avanços importantes na indução de processos de trabalho na APS relacionados, por exemplo, vinculado ao aumento dos atendimentos individuais para a condição avaliada obesidade

Em nível federal, alcançou-se êxito na formulação de políticas e programas vinculados às prioridades identificadas no âmbito da saúde pública, por exemplo, o lançamento do Proteja, com objetivo de fomentar a discussão dos ambientes e das cidades mais saudáveis, a celebração do Compromisso Nacional entre parceiros para reversão do quadro de Proteja no País e a finalização e divulgação dos materiais de apoio voltados à qualificação do cuidado aos indivíduos com obesidade atendidos na APS.

Na agenda de promoção da alimentação saudável, foram disponibilizados novos materiais para apoiar a rede de saúde na universalização dessas ações, e a agenda do ano internacional de FLV permitiu discutir a importância das ações intersetoriais e a utilização do guia alimentar por todas as políticas, para que a população brasileira consiga colocar em prática as recomendações contidas nele.

Na agenda de reformulação dos programas de suplementação e monitoramento do Beribéri permanecem desafios importantes a serem superados, sendo eles: a conclusão com êxito das compras do NutriSUS, a reformulação do PNSF e a inclusão do Beribéri na lista de agravos de notificação obrigatória.

Novos desafios surgiram, em especial, as evidências que comprovam o avanço da Insegurança Alimentar e Nutricional no País, o que repercute sobremaneira sobre as condições de vida, saúde e nutrição da população. Como resposta rápida, do setor saúde, foi elaborado o manual de identificação dos domicílios com InSAN e recomendações para a organização da Rede, e, em sequência, espera-se contar com apoio intersetorial, via retomada da Caisan, para reestruturação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Na agenda internacional, novos compromissos foram assumidos e as agendas de cooperação foram ampliadas, dando suporte e sustentação à agenda.

Por fim, considerando as perspectivas da gestão federal da Pnan para continuidade das ações e dos programas e melhoria dos processos de implementação das ações e dos programas de alimentação e nutrição no SUS. Espera-se, em 2022, aperfeiçoar as estratégias de apoio institucional a estados e municípios com vistas a contribuir com a garantia do acesso a uma alimentação adequada e saudável e melhores condições de nutrição a toda a população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde 2020-2023**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2021**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2021. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. **Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB)**, 2022. Instituído pela Portaria GM/MS n.º 1.412, de 10 de julho de 2013, passando a ser o sistema de informação da Atenção Básica vigente para fins de financiamento e de adesão aos programas e estratégias da Política Nacional de Atenção Básica, substituindo o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB). Disponível em: <https://sisab.saude.gov.br/>. Acesso em: 30 maio 2022.

BRASIL. **Sistema de Planejamento e Monitoramento do Ministério da Saúde (SIPLAM)**, c2020. Disponível em: <https://siplam.saude.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)**, c2022. O Sisvan Web tem por objetivo consolidar os dados referentes às ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, desde o registro de dados antropométricos e de marcadores de consumo alimentar até a geração de relatórios. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>. Acesso em: 30 maio 2022.

ANEXOS

ANEXO A – CHAMADAS PÚBLICAS E PESQUISAS FINANCIADAS

Chamada CNPq/MS/Saps/Depros n.º 27/2020 – Pesquisa em doenças crônicas não transmissíveis e fatores de risco associados

Pesquisador	Instituição	Título do projeto
Liliane Viana Pires	UFS	Avaliação da efetividade de uma intervenção nutricional baseada no grau de processamento dos alimentos para o controle metabólico de indivíduos com diabetes mellitus tipo 2 assistidos pela Atenção Primária à Saúde do estado de Sergipe.
Elizabeth Silaid Muxfeldt	UFRJ	Eficácia da intervenção nutricional isolada ou associada a outras intervenções não farmacológicas no controle da hipertensão arterial e na redução do risco cardiovascular – ensaio clínico randomizado.
Raquel de Deus Mendonça	Ufop	Efetividade de intervenção nutricional para controle da hipertensão arterial sistêmica na Atenção Primária à Saúde: inovadora pautada na entrevista motivacional e no Guia Alimentar vs. convencional dietoterápica.
Edilene Maria Queiroz Araújo	Uneb	Avaliação da efetividade da alimentação cardioprotetora brasileira na redução da pressão arterial e seus fatores de riscos associados em hipertensos usuários de UBS em Salvador/BA: um ensaio clínico randomizado.
Helena Alves de Carvalho Sampaio	Uece	Programa Meu NutriGuia: Letramento e Inovação em Saúde na promoção da adesão ao guia alimentar para a população brasileira como estratégia de combate à obesidade.

continua

conclusão

Aline Cristine Souza Lopes	UFMG	Avaliação da efetividade de intervenção coletiva para o manejo da obesidade em usuários da Atenção Primária com indicação de cirurgia bariátrica.
Marcelo Rodrigues Gonçalves	UFRGS	Aplicação do guia brasileiro de alimentação saudável por teleatendimento para pacientes obesos da atenção primária: Um ensaio clínico randomizado.
Larissa Fortunato Araújo	UFC	Guia alimentar para a população brasileira e ambiente alimentar: desenvolvimento e avaliação de um programa de intervenção nutricional para adultos usuários do SUS.
Luisa Helena de Oliveira Lima	UFPI	Efetividade de um protocolo de intervenções nutricionais para o manejo da obesidade infantil no âmbito da Atenção Primária à Saúde.
Larissa Loures Mendes	UFMG	Manejo da obesidade infantil no contexto da Atenção Primária à Saúde: Uma abordagem baseada na intervenção intensiva de múltiplos componentes.
Larissa Galastri Baraldi	Unicamp	Ações intersetoriais de prevenção a obesidade infantil: uma intervenção comunitária municipal.
Maria del Carmen Bisi Molina	Ufes	Prevenção da Obesidade Infantil na Atenção Primária à Saúde: Um ensaio comunitário na Região Metropolitana de Vitória/ES.

Chamada MS-SCTIE-Decit/ CNPq n.º 26/2019 – Pesquisas em Alimentação e Nutrição

EIXO 1: ECONOMIA DA SAÚDE COM FOCO NAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Pesquisador	Instituição	Título do projeto
Alexandre Bragança Coelho	UFV	Taxação de bebidas açucaradas: evidências para o Brasil.
Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa	Ipea	Preços, consumo e demanda de produtos alimentares por nível de processamento no Brasil: evolução e projeções.
Carla Cristina Enes	PUC Campinas	Impacto da taxação de bebidas adoçadas na demanda e na prevalência e incidência de obesidade e outras doenças crônicas na população brasileira.
Charline Dassow	UFMT	Tributação de bebidas adoçadas no Brasil: estimação dos impactos fiscais, econômicos e na saúde da população.
Cid Manso de Mello Vianna	UERJ	Taxação de bebidas adoçadas: análise do custo-efetividade da sua implantação e o impacto na produção e no emprego das empresas produtoras.
Denise Petrucci Gigante	UFPEL	Avaliação do impacto da taxação de bebidas adoçadas no Brasil.
Eduardo Botti Abbade	UFMS	Histórico e projeção do impacto econômico da obesidade e suas conseqüentes doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Sistema Único de Saúde.
Ísis Eloah Machado	Ufop	Impactos financeiros e à saúde devidos à alimentação inadequada e ao excesso de peso no Brasil e nas unidades federativas.
José Giacomo Baccarin	Unesp	A Internacionalização da Agricultura Brasileira e os Efeitos nos Preços, Disponibilidade e Consumo de Alimentos no Brasil.
Kalinca Leia Becker	UFMS	Avaliação de impacto da regulação da oferta de alimentos nas cantinas escolares sobre o consumo alimentar, saúde e oferta de trabalho da população brasileira.

continua

conclusão

Larissa Loures Mendes	UFMG	Comercialização de bebidas adoçadas e alimentos não saudáveis em cantinas escolares públicas e privadas: uma análise da aquisição, das medidas de intervenção e dos aspectos econômicos e regulatórios.
Leandro Fórnias Machado de Rezende	USP	O Custo da Obesidade no Brasil: situação atual e projeções futuras dos custos econômicos com doenças crônicas não transmissíveis.
Luciana Azevedo	Unifal	Avaliação do custo da obesidade para o Sistema Único de Saúde, com desenvolvimento de ferramenta de monitoramento.
Lucilene Rezende Anastácio	UFMG	Impacto da rotulagem nutricional frontal em compreensão, compras, ingestão alimentar e peso de consumidores e seus desdobramentos na obesidade e doenças crônicas não transmissíveis.
Maria Laura da Costa Louzada	USP	Tendência temporal do consumo e do preço dos alimentos, segundo características do processamento industrial e o seu impacto na mortalidade no Brasil entre 1975 e 2018.
Patrícia Vasconcelos Leitão Moreira	UFPB	MODELA-SUS: simulação do impacto da modificação de fatores de risco para obesidade e DCNT no Brasil e a repercussão econômica no SUS.
Paula Martins Horta	UFMG	Impacto da regulação da publicidade televisiva de alimentos direcionada às crianças no consumo alimentar e obesidade infantil no Brasil.
Renata Bertazzi Levy	Idec	A regulamentação brasileira da venda de alimentos e bebidas em cantinas escolares: avaliação da qualidade das leis e dos impactos no consumo alimentar de adolescentes.
Rosely Sichieri	UERJ	Impacto da redução do consumo de açúcar, sódio e gordura nas mortes evitáveis por doenças crônicas não transmissíveis no Brasil.

EIXO 2: PESQUISAS MULTITEMÁTICAS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Pesquisador	Instituição	Título do projeto
Ana Karina Teixeira da Cunha França	UFMA	Avaliação da implementação da Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em pó – NutriSUS em creches públicas: um estudo multicêntrico.
Ana Paula Grotti Clemente	Ufal	Impacto da fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó na anemia em crianças matriculadas em creches/pré-escolas brasileiras: estudo multicêntrico longitudinal de duas coortes.
Antônio Augusto Ferreira Carioca	Unifor	Perspectivas e desafios do aprimoramento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional: uma abordagem de métodos mistos.
Bárbara Hatzlhofer Lourenço	USP	Avaliação de marcadores do consumo alimentar no Sisvan Web: relação com indicadores antropométricos e perspectivas para qualificação da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde no SUS.
Cintia Chaves Curioni	UERJ	Revisão sistemática sobre a efetividade de intervenções nutricionais em crianças com lesões cerebrais congênitas ou perinatais não progressivas.
Daniela Lopes Gomes	UFPA	Monitoramento do estado nutricional da população brasileira atendida na Atenção Primária à Saúde: representatividade, cobertura, confiabilidade e qualidade dos dados obtidos por meio do Sisvan.
Danielle Cristina Guimarães da Silva	Ufob	Deficiências nutricionais e terapia nutricional no tratamento da paralisia cerebral em crianças: uma revisão sistemática e metanálise “Identificação das principais deficiências nutricionais na paralisia cerebral infantil no Brasil”.
Erika Aparecida da Silveira	UFG	Prevalência de deficiência dos principais micronutrientes que impactam na saúde de mulheres em idade fértil: revisão sistemática e metanálise.
Fernanda Rebelo dos Santos	Fiocruz	Intervenções nutricionais e dietéticas em crianças com paralisia cerebral: revisão sistemática de literatura com potencial reanálise.
Luana Azevedo de Aquino	UFRJ	Implementação de um modelo nacional de avaliação, correção, monitoramento e divulgação de dados registrados no Sistema de Informação de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan-QUALI).

continua

conclusão

Michel Carlos Mocellin	UFRJ	Revisão sistemática sobre a prevalência de deficiências de micronutrientes em mulheres em idade fértil no Brasil.
Nassib Bezerra Bueno	UFAL	Prevalence of public health relevant micronutrients deficiency (Iron, Iodine, vitamin A and D) in Brazilian women in reproductive age. A systematic review with meta-analysis.
Patricia de Carvalho Mastroianni	Unesp	Prevalência de deficiências de micronutrientes em mulheres em idade fértil: revisão sistemática e metanálise.
Priscila Ribas de Farias Costa	UFBA	Prevalência global, regional e nacional de deficiência de micronutrientes em mulheres em idade fértil: revisão sistemática e metanálise.
Rita de Cássia Ribeiro Silva	UFBA	Avaliação da qualidade dos dados antropométricos de gestantes e crianças do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, 2008-2018.
Taís Freire Galvão	Unicamp	Prevalência de deficiência de micronutrientes em mulheres em idade fértil no Brasil: revisão sistemática e metanálise.
Tamy Colonetti	Unesc	Terapias nutricionais indicadas para crianças com lesões cerebrais: Revisão Sistemática e Metanálise.

Chamada CNPq/MS/Saps/Depros n.º 28/2020 – Formação em doenças crônicas não transmissíveis e seus fatores de risco associados

Pesquisador	Instituição	Título
Anna Cecilia Queiroz de Medeiros	UFRN	CUIDAR: qualificando o cuidado integral em doenças crônicas não transmissíveis no agreste potiguar.
Bartira Mendes Gorgulho	UFMT	Organização do cuidado às pessoas com DCNT em Mato Grosso: diagnóstico e capacitação.
Bruna Paola Murino Rafacho	UFMS	Estratégia de formação dos profissionais da Atenção Primária à Saúde no cuidado das condições crônicas em Campo Grande/MS.
Carla Meneses Hardman	UFPE	Processo e efetividade de uma intervenção de Educação Permanente em Saúde para o desenvolvimento de competências profissionais e aumento da capacidade institucional para a atenção às doenças crônicas não transmissíveis em profissionais e gestores da APS.
Danielle Franklin de Carvalho	UEPB	Projeto de pesquisa, extensão e formação no cuidado da obesidade, hipertensão arterial e diabetes no âmbito da Atenção Primária à Saúde do estado da Paraíba.
Denilson de Castro Teixeira	UEL	Formação de gestores e profissionais de saúde da APS do estado do Paraná no enfrentamento da obesidade e fatores associados: análise de efetividade a partir de abordagem quali quantitativa.
Elaine Thume	UFPEL	Projeto integrado de pesquisa, ensino e extensão para a formação de gestores e profissionais da APS e a qualificação do cuidado de pessoas com hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus e obesidade na região sul do Rio Grande do Sul.
Francineide Pereira da Silva Pena	Unifap	Formação para implementação da Rede de Atenção à Saúde para pessoas com doenças crônicas no estado do Amapá.
Helen Hermana Miranda Hermsdorff	UFV	Rede para enfrentamento da obesidade em Minas Gerais Renob-MG: excelência em gestão na Atenção Primária à Saúde.

continua

conclusão

Ligia Amparo da Silva Santos	UFBA	Qualificação do cuidado a pessoas com doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e seus fatores de risco associados no âmbito da Atenção Primária à Saúde do SUS no estado da Bahia: integrando pesquisa, extensão e formação.
Maria Rita Marques de Oliveira	Unesp	Formação em doenças crônicas não transmissíveis e seus fatores de risco associados no estado de São Paulo.
Monica Motta Lino	UFSC	Qualificação Profissional e de Gestores de Santa Catarina em DCNT.
Valeria Pagotto	UFG	Programa de formação para organização e qualificação cuidado às pessoas com doenças crônicas não transmissíveis na Atenção Primária do estado de Goiás.

ANEXO B – ACORDOS MERCOSUL



MERCOSUL/RMS/ACORDO Nº 02/21

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA PARA A PROTECÇÃO DAS DIETAS TRADICIONAIS

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões Nº 01/95, 03/95 e 10/97 do Conselho do Mercado Comum e o Acordo Nº 02/18 da Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL.

CONSIDERANDO:

Que a Região das Américas apresenta uma alta prevalência de sobrepeso e obesidade em comparação com outras regiões da Organização Mundial da Saúde (OMS), com 62% dos adultos afetados por esta epidemia.

Que esta forma de má-nutrição tem tido um aumento sustentado no tempo, em conjunto com uma elevada prevalência de Doenças Não Transmissíveis (ENT), representando um dos maiores problemas de saúde pública na região.

Que um dos principais fatores de risco para a ocorrência de excesso de peso/obesidade e de ENT é o aumento do consumo de produtos ultraprocessados, que, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS), se caracterizam pelo seu excessivo teor de açúcares, gorduras e sódio e consumo reduzido de alimentos frescos e minimamente processados.

Que as dietas tradicionais saudáveis, diversificadas e culturalmente apropriadas foram desvalorizadas, compostas especialmente por alimentos frescos, minimamente processados e preparações culinárias.

Que entre os benefícios das dietas alimentares tradicionais conta-se o seu impacto positivo na múltipla carga da má-nutrição, bem como no bem-estar da população, tendo em conta a sua relação com a cultura, a identidade e o sentimento de pertença social.

Que a produção de alimentos habitualmente utilizados nas dietas tradicionais poderia ter impactos positivos no ambiente e potenciar a economia quando se privilegia a produção de agricultores familiares e pequenos produtores locais.

Que, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), "Os Guias Alimentares baseados em alimentos têm por objetivo servir de base para a formulação de políticas nacionais em matéria de alimentação e nutrição, saúde e agricultura, bem como de programas de educação nutricional (...)". Considerando enfaticamente a sua importância no respeito e promoção das culturas alimentares locais e da soberania alimentar dos países.

conclusão



Que é fundamental para a promoção de uma alimentação saudável, fortalecer a cultura alimentar e uma dieta tradicional com alimentos autóctones para promover e promover a adoção de padrões alimentares mais saudáveis.

Que a melhoria dos sistemas alimentares está no centro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, 2, 3 e 13.

Que as Orientações Voluntárias sobre os sistemas alimentares e a nutrição determinam que é importante ter em conta, estabelecer, manter e proteger a variedade e diversidade das culturas alimentares, as normas sociais, as relações e as tradições que contribuem para regimes alimentares saudáveis por meio de sistemas alimentares sustentáveis, sem entravar os progressos em matéria de igualdade de género.

**OS MINISTROS DA SAÚDE
ACORDAM:**


Art. 1º - Reiterar o seu interesse em proteger as dietas tradicionais baseadas nos guias alimentares locais, promovendo uma alimentação sã e adequada à cultura alimentar de cada país.

Art. 2º - Valorizar especialmente os alimentos regionais frescos e minimamente processados que são parte fundamental das dietas tradicionais.


Art. 3º - Informar ao Conselho do Mercado Comum a aprovação do presente acordo no âmbito da Reunião de Ministros da Saúde.

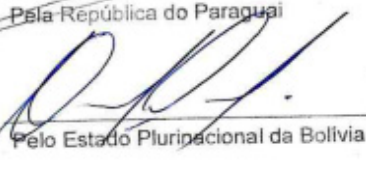
XLVIII RMS - Buenos Aires, 16/VI/21.


Pela República Argentina


Pela República Federativa do Brasil


Pela República do Paraguai


Pela República Oriental do Uruguai


Pelo Estado Plurinacional da Bolívia



MERCOSUL/RMS/ACORDO Nº 06/21

PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE ESCOLAR SAUDÁVEL

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto.

CONSIDERANDO:

Que a saúde, a educação e a alimentação são direitos humanos fundamentais, ratificados em tratados e pactos internacionais.

Que no Relatório *ECHO - Ending Childhood Obesity*, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a obesidade como uma epidemia mundial, que depende principalmente do perfil dietético e da atividade física das pessoas.

Que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a OMS e o Banco Mundial estimam que 5,9% e 7,5% das crianças menores de 5 anos tinham sobrepeso em todo o mundo e na região da América Latina e do Caribe, respectivamente, em 2019.

Que crianças com peso saudável têm mais probabilidades de obter bons resultados na escola.

Que é provável que as crianças obesas continuem sendo obesas durante a infância, a adolescência e a idade adulta, caso não haja intervenção.

Que a obesidade infantil está associada com uma ampla gama de complicações graves de saúde e com maior risco de aparição prematura de doenças crônicas, como diabetes e doenças cardiovasculares.

Que a amamentação materna exclusiva, desde o nascimento até os 6 meses, previne o sobrepeso e a obesidade.

Que o ambiente político, econômico, social e cultural no qual se produzem as práticas alimentares tem grande influência na determinação da obesidade. Os ambientes e comunidades nos quais o indivíduo se insere são essenciais para apoiar escolhas saudáveis e prevenir a obesidade. Portanto, recomenda-se que o ambiente alimentar favoreça a escolha de alimentos saudáveis e proteja contra as múltiplas consequências da má nutrição, incluído o consumo de alimentos não saudáveis que contribuem para o desenvolvimento de doenças e transtornos relacionados com a dieta, como a obesidade, a diabetes e a hipertensão.

continua

continuação



Que os fatores de risco na dieta estão entre as principais causas de mortalidade e deficiência no mundo.

Que o consumo de alimentos ultraprocessados está associado com o desenvolvimento do sobrepeso e da obesidade, e um estudo publicado pela Organização Pan-americana da Saúde constatou que as vendas de alimentos ultraprocessados cresceram 8,3% entre 2009 e 2014 e estima um aumento de 9,2% entre 2014 e 2019 na América Latina.

Que, nos últimos anos, a inatividade física transformou-se no quarto maior fator de risco de mortalidade do mundo. Em nível internacional, a maioria dos adolescentes não cumprem com as orientações de atividade física, o que coloca em risco a saúde atual e futura desse grupo populacional.

Que no ambiente escolar deve-se encorajar as crianças e adolescentes à prática de atividade física, visto que, quanto antes se transformar em hábito, maiores serão os benefícios para a saúde.

Que o marketing e a publicidade de alimentos e bebidas foram identificados como um dos elementos determinantes do consumo de alimentos de baixa qualidade, especialmente entre as crianças.

Que a escola é um espaço importante para a formação de hábitos e práticas e está configurada como um ambiente favorável para a promoção da saúde, da alimentação saudável e da atividade física.

Que o Plano de Ação da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) para a Prevenção da Obesidade na Infância e na Adolescência recomenda, como uma de suas linhas estratégicas de ação, que os programas nacionais de alimentação escolar, bem como os locais de vendas de alimentos e bebidas nas escolas cumpram com as normas ou regulamentos que promovem o consumo de alimentos e água saudáveis e impeçam a disponibilidade de bebidas açucaradas e produtos de alto valor calórico e baixo valor nutricional.

Que o Relatório *ECHO* da OMS recomenda implementar programas integrais que promovam ambientes escolares saudáveis, ao eliminar o fornecimento e a venda de alimentos não saudáveis (como bebidas açucaradas e alimentos ricos em energia e pobres em nutrientes essenciais) do ambiente escolar.

Que o Acordo MERCOSUL/RMS N° 03/15, que trata de recomendações de políticas e medidas regulatórias para a prevenção e controle da obesidade, recomenda a articulação com outros setores e com o Poder Legislativo para a implementação de normas e regulações nacionais para cantinas de escolas públicas e privadas, para promover o fornecimento de alimentos saudáveis e limitar as vendas de alimentos não saudáveis.

conclusão



OS MINISTROS DA SAÚDE ACORDAM:

Art. 1º - Fomentar o desenvolvimento de um ambiente escolar saudável, aplicado às escolas públicas e privadas, com vistas a prevenir e controlar as múltiplas consequências da má nutrição e de outras doenças crônicas, que envolvem:

- Promoção de ações de alimentação adequada e saudável e atividade física, de acordo com as recomendações dos manuais locais;
- Fomentar o fornecimento de espaços para a prática de atividade física;
- Atenção e respeito aos aspectos de cultura e sustentabilidade;
- Articulação de estratégias para incrementar a produção, o fornecimento e o acesso a alimentos frescos e minimamente processados, produzidos de maneira saudável e sustentável para os estudantes;
- Implantação de medidas de proteção para contribuir com a redução da obesidade e do consumo de bebidas açucaradas de forma natural e artificial e de produtos com alto teor calórico, altos níveis de sódio, açúcar e gorduras e baixo valor nutricional, preparações fritas e que contêm gorduras hidrogenadas em sua preparação;
- Fomentar e apoiar iniciativas para fortalecer a regulamentação da publicidade e da promoção de alimentos, preparações e bebidas, especialmente destinadas às crianças; e
- Fomentar e apoiar iniciativas para fortalecer a regulação de atividades educativas, esportivas e culturais promovidas por empresas produtoras ou comercializadoras de alimentos e bebidas.

Art. 2º - Informar ao Conselho do Mercado Comum a aprovação do presente Acordo no âmbito da Reunião de Ministros da Saúde.

XLIX RMS - Foz do Iguaçu, 19/XI/21

Pela República Argentina

Pela República do Paraguai

Pelo Estado Plurinacional da Bolívia

Pela República Federativa do Brasil

Pela República Oriental do Uruguai

Conte-nos o que pensa sobre esta publicação. [Clique aqui](#) e responda a pesquisa.



DISQUE
SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsm.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

